

ATA N.º 07/2015:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 1 DE ABRIL DE 2015:

No dia um de abril de dois mil e quinze, pelas quinze horas e vinte minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Eduardo Alexandre Godinho Ferro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião, apresentado pela Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, convocou o Sr. Dr. Eduardo Alexandre Godinho Ferro para o substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).**

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PONTO 2 – Proposta de alteração ao Regulamento das Condecorações do Município de Palmela

PONTO 3 – Prestação de Contas 2014

PONTO 4 – Prestação de serviços na área de seguros – Ratificação da adjudicação

PONTO 5 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2014

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal

deliberou a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Exm.º Senhor Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, **por unanimidade**, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- **ATA n.º 17/2014, da reunião ordinária de 3 de setembro de 2014 – Aprovada por unanimidade;**
- **ATA n.º 21/2014, da reunião extraordinária de 30 de outubro de 2014 – Aprovada, por maioria, com a abstenção da Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião;**
- **ATA n.º 22/2014, da reunião ordinária de 5 de novembro de 2014 – Aprovada, por maioria, com a abstenção da Sr.ª Vereadora Natividade Coelho, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.**

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Voto de Pesar (Luís Guerreiro)** – A ser apresentada pelo Sr. Presidente.

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de Pesar (Joaquim Sousa)** – A ser apresentada pelo Sr. Vereador Adilo Costa.

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à apresentação do seguinte Voto de Pesar:

VOTO DE PESAR (Luís Guerreiro)

“Foi com profunda consternação que a Câmara Municipal de Palmela recebeu a notícia do falecimento, a 25 de março, de Luís Guerreiro, vítima de doença prolongada.

Luís Manuel de Oliveira Alves Guerreiro nasceu a 15 de julho de 1958 e iniciou a sua carreira na Câmara Municipal de Palmela a 1 de setembro de 1986, como coordenador dos Serviços Sócio Culturais. Desde então, ao longo de vinte e cinco anos de completa dedicação e entusiasmo pelo serviço público, foi dirigente e assessor da Presidência. Foi, também, autarca: no município de Lisboa, como Vereador, e no concelho de Palmela, como Presidente de Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo.

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, concluiu, em 1998, o Mestrado em Gestão Cultural com a tese «Políticas Culturais Municipais», pela Universidade

do Algarve/Universidade de Paris 8. Doutorando em «Democracia no Século XXI» no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, estava a preparar a tese do Doutoramento sobre «Novas Esferas Públicas Locais e Transformações no Estado Local».

Líder estudantil desde tenra idade, destacou-se na universidade como dirigente associativo estudantil nos anos 80, na Faculdade de Letras, que representou nos *Encontros Nacionais de Direções Associativas* (ENDAs) e nas RIAs (Reuniões Inter Associações).

Em meados dos anos 80, quando às autarquias estavam a ser atribuídas as primeiras competências nos domínios da cultura, desporto, educação e intervenção social, Luís Guerreiro desenvolveu uma visão estratégica para o território municipal. A reflexão técnica e política para estas áreas era, então, escassa e o seu pensamento integrador deixou marca, foi pioneiro e fez escola.

Afável, solidário, exigente e possuidor de uma capacidade ímpar de reflexão e teorização, conseguiu, sempre, criar equipas, mobilizá-las e incentivá-las a ir mais longe, dando-lhes confiança e autonomia na procura de respostas, no estabelecimento de parcerias e na elevação dos padrões de qualidade. Acreditava no potencial de cada indivíduo e de cada organização e na articulação destes em torno de objetivos comuns de longo prazo, para benefício do bem público.

O relacionamento privilegiado de que o Município desfrutava, hoje, com o movimento associativo e com vários agentes locais, muito deve a Luís Guerreiro e à sua capacidade de dialogar e de encontrar consensos. O seu pensamento foi determinante no programa de desenvolvimento do associativismo, na estratégia de uma escola pública de qualidade no município, na criação das políticas de desenvolvimento desportivo, de ação cultural, de leitura pública, de preservação e divulgação do património histórico, de juventude, bem como na criação de equipamentos de referência nessas diversas áreas. São, assim, exemplos paradigmáticos do seu pensamento projetos como o Fantasiarte, o Aprender a Nadar, os encontros historiográficos sobre Ordens Militares, o Programa de Recuperação e Animação do Castelo, a renovação do parque escolar, a criação da rede de bibliotecas e a criação dos Centros de Recursos para a Juventude.

Atento ao que se passava noutras partes do globo e analisando o que aí podia ser útil à intervenção na Administração Pública Local, a nível de Democracia Participativa, envolveu-se apaixonadamente na conceptualização, debate e implementação de projetos conducentes à participação cidadã plena e informada, quer no concelho de Palmela – através de experiências como o pioneiro Orçamento Participativo Palmela – quer no contexto nacional e no estrangeiro. Introduziu a dimensão da participação no domínio do planeamento estratégico, de que foi exemplo mais notório o Fórum Palmela/Encontros de 2000, um amplo ciclo de debates - nos domínios do urbanismo e qualidade de vida, ruralidade, desenvolvimento económico e social e cidadania - entre especialistas, munícipes, trabalhadores das autarquias, docentes, técnicos de

intervenção social e educadores. É o caso das Jornadas «Pinhal Novo: que cidade?» e «Vida rural no concelho de Palmela – que futuro?» e dos fóruns temáticos dedicados ao vinho e à indústria automóvel. Representou o Município em diversos fóruns internacionais e produziu conhecimento que é, hoje, considerado de referência na área.

Pensador, estratega, militante do Poder Local democrático, foi membro do Conselho Editorial da revista VÉRTICE/II Série e colaborador na revista Poder Local.

Todas as características enunciadas anteriormente foram reconhecidas pelo Município em 2012, aquando da atribuição, a 1 de junho, da Medalha Municipal de Dedicção, Grau Ouro. Uma merecida homenagem, que apesar de singela perante o homem e o capital de trabalho, nos deixa o conforto de ter sido prestada em vida.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela a 1 de abril de 2015, a Câmara Municipal de Palmela manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do munícipe, do dirigente, do colega e do amigo Luís Guerreiro, e transmite também a Lina Pacheco Pereira, aos seus três filhos e restante família as mais sentidas condolências.”

Sobre o Voto de Pesar (Luís Guerreiro) intervêm:

O **Sr. Presidente** começa por agradecer o ‘esforço’ de quem teve de redigir o texto deste Voto de Pesar, sendo que muito mais havia a escrever sobre Luís Guerreiro.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** saúda os presentes.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** expressa que é mais do que merecido, entre o que consta neste documento e o que falta dizer sobre a pessoa em causa, é ele (Luís Guerreiro) que fica a fazer falta a todos.

Submetido o Voto de Pesar (Luís Guerreiro) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e, em seguida, passa à apresentação do seguinte Voto de Pesar:

VOTO DE PESAR (Joaquim Sousa)

“A vida associativa do Bairro Alentejano e do concelho de Palmela está mais pobre, com o falecimento de Joaquim Manuel Martins de Sousa, no dia 24 de março. Tinha 67 anos de idade. Residente na Quinta das Marquesas I, freguesia de Quinta do Anjo, Joaquim de Sousa nasceu a 30 de outubro de 1947, em São Bartolomeu de Messines, e deixa um forte legado de dedicação à sua comunidade, através de um incansável trabalho na dinamização de iniciativas e projetos em prol do bem-estar da população da freguesia.

Integrou a Direção da ARPIBA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano, desde a sua constituição, em 2005, instituição que sempre acompanhou e acarinhou. Em sua representação, participou em diferentes estruturas de parceria da Rede Social, visando melhores respostas e serviços para as pessoas idosas.

Na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, integrou a Assembleia Geral desde 2009 e contribuiu, de forma empenhada, para o desenvolvimento desta coletividade e das suas atividades, nos mais diversos âmbitos.

Participou, também, no Grupo Coral 1º de Maio do Bairro Alentejano e, através dele, no Festival Internacional de Artes de Rua, tendo colaborado no espetáculo FIAR Abrigo.

Empenhado na melhoria das condições de vida dos moradores da sua freguesia e na qualificação do território, participou ativamente no processo de regularização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Biblioteca Municipal de Palmela a 1 de abril de 2015, lamenta o falecimento de Joaquim Manuel Martins de Sousa e transmite as mais sentidas condolências à sua família e às instituições locais que integrava.”

Submetido o Voto de Pesar (Joaquim Sousa) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo / Reunião de Câmara descentralizada** – O Sr. Presidente informa que:

. A semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo está programada para decorrer de 13 a 17 de abril;

. A reunião de Câmara descentralizada tem lugar no dia 15 do mesmo mês, às 21:00 horas, na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano.

• **Tolerância de ponto no período da Páscoa** – O Sr. Presidente dá conhecimento que nos termos da lei, determinou conceder tolerância de ponto no dia 2 de abril, com o objetivo de permitir aos trabalhadores a possibilidade de comemorarem a época da Páscoa com os seus familiares, dado que, em muitos casos são descendentes de diásporas no povoamento deste território, o que implica deslocações para outros pontos do país e não só. Serão assegurados serviços essenciais, mantendo-se os elementos indispensáveis ao seu funcionamento.

• **Sessões do Orçamento Participativo** – O **Sr. Presidente** dá a conhecer o calendário das sessões do Orçamento Participativo que se vão realizar no mês de abril, e que passa a descrever:

- . Dia 6 – em Águas de Moura (no Centro Comunitário);
- . Dia 7 – em Pinhal Novo (na Junta de Freguesia);
- . Dia 8 – em Poceirão (na Sociedade da Lagoa do Calvo);
- . Dia 9 – em Palmela – sessão com os trabalhadores da autarquia:
 - . no Cineteatro S. João (manhã);
 - . no Auditório da Biblioteca Municipal (tarde);
- . Dia 9 – em Quinta do Anjo (na Junta de Freguesia);
- . Dia 10 – em Palmela (no auditório da Biblioteca).

• **Resultados desportivos relevantes** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** presta informação sobre os resultados desportivos realizados por atletas/desportistas do concelho:

Orientação

. Três atletas do concelho de Palmela, Bernardo Pereira, Ricardo Esteves Ferreira e Patrícia Romão, foram selecionados para integrar a Seleção Nacional no Campeonato da Europa de Jovens – EYOC'2015, que se realizará de 20 a 29 de junho, em Cluj-Napoca, na Roménia.

Escola de BMX do Forninho

. A escola de BMX do Forninho realizou, no passado dia 15 de março, a 2.ª etapa da Taça de Portugal de BMX Race, que contou com mais de 100 atletas das principais equipas portuguesas e espanholas, tendo a Escola de BMX do Forninho vencido esta etapa por equipas, passando a liderar a Taça de Portugal por equipas;

. Pedro Ferreira na categoria "Cruiser", André Ribeiro na categoria de "Infantis" e Bruno Berto na categoria de "Master", foram os atletas da Escola de BMX do Forninho que se sagraram vencedores. Com estas vitórias, estes atletas passam a liderar as respetivas categorias na Taça de Portugal de BMX Race;

. Em simultâneo o Atleta Pedro Ferreira encontra-se a disputar a Liga Espanhola de BMX onde se encontra em 1º lugar isolado na categoria "Cruiser", após ter vencido em El Campello (Alicante) e, no fim-de-semana passado, em Ricla (Zaragoza).

• **20.ª edição do projeto "Março a Partir"** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** dá conhecimento que se realizou, no mês de março passado, a 20.ª edição do projeto "Março a

Partir” com continuidade no mês em curso. São já 20 anos consecutivos de trabalho em parceria com o movimento associativo juvenil deste concelho. Esta iniciativa decorre por todo o concelho, nos principais equipamentos municipais, nas duas escolas secundárias, nas três escolas básicas, no Parque Venâncio Ribeiro da Costa (em Palmela) e nas principais entidades do concelho. Estão previstas 59 iniciativas com 41 atividades concretizadas até à data, que contaram com 4.080 participantes. O “Março a Partir” continua a celebrar a juventude com temáticas como: o teatro, a música, o desporto, o lazer, a dança, o ambiente, o património, a solidariedade, a inclusão e o empreendedorismo.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** saúda os presentes.

• **Dia das Merendas** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere-se a que, no dia 13 de abril, a partir das 12:30 horas, o Parque Venâncio Ribeiro da Costa (em Palmela) revive a tradicional segunda-feira das Merendas. O Município de Palmela e as instituições locais têm procurado retomar esta prática de convívio e partilha, que faz parte da história e das memórias da vila de Palmela. Celebrado na segunda-feira após o domingo da Pascoela, este dia representava, para os trabalhadores rurais, a passagem para o horário de verão e era costume gozarem esta tarde de descanso. O período era, pois, de festa comunitária e cada família trazia a sua merenda, para repartir com todos. A tradição caiu em desuso no final do século passado, mas, nos anos mais recentes, foi recuperada com o envolvimento das entidades, em particular, das ligadas ao trabalho com a população sénior, as escolas da vila de Palmela e a comunidade, em geral, num momento de convívio intergeracional e de dinamização deste espaço verde privilegiado.

Finaliza com o convite para que os presentes e a população se associe a este Dia das Merendas, num espaço aprazível, que se pode definir como um espaço de afetos e de boas memórias da população de Palmela.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** saúda os presentes.

• **Término do circuito experimental da carreira 714 Quinta do Anjo – Penalva** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que o circuito experimental da carreira 714, que teve o seu início em setembro de 2014, teve por objetivo a ligação da sede da freguesia de Quinta do Anjo à estação de comboios da Penalva e aos Bairros Alentejano, Assunção Piedade e Bairro dos Marinheiros. Apesar do período experimental do circuito estar previsto para apenas três meses, até ao pretérito dezembro, considera a autarquia que este período seria demasiado curto para alterar os hábitos das famílias utilizadoras de meio de transporte particular, pelo que desenvolveu esforços no sentido de prolongar a carreira experimental até 31 de março de 2015. Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Município junto da empresa, com o objetivo de

consolidar este circuito e torná-lo permanente, a utilização foi considerada insuficiente por parte dos Transportes Sul do Tejo (TST), por não permitir rentabilizar o investimento. A Câmara Municipal vai continuar a diligenciar para encontrar alternativas de mobilidade nesta zona, que garantam a melhoria da qualidade de vida da população e o reforço da sustentabilidade social e ambiental do território.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores:

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** apresenta cumprimentos.

• **Execução da rotunda na EN 379, em Palmela** – O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** alude ao facto de, na última reunião de Câmara, ter suscitado a questão sobre as fragilidades que apresentava a execução da rotunda na EN 379, em Palmela, nomeadamente quanto a uma parte que se apresentava com o aspeto duma “orelha” no sentido Setúbal-Palmela. Regista que a mesma se apresenta atualmente como ocupando menos espaço na estrada em questão, o que salienta como benéfico para a circulação do trânsito.

• **Término do circuito experimental da carreira 714 Quinta do Anjo – Penalva** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho**, face à informação prestada pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, intervém para expressar que lamenta, profundamente, os critérios dos TST relativamente a um serviço que devia ser público e não é.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** saúda os presentes.

Ainda, sobre este tema - Término do circuito experimental da carreira 714 Quinta do Anjo – Penalva, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta a seguinte dúvida: fica-se sem perceber qual é a escala atingida e a escala necessária em relação ao número de utentes para que os TST viabilizassem a continuação deste circuito.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

– **Término do circuito experimental da carreira 714 Quinta do Anjo – Penalva** (Questão suscitada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** menciona que, de acordo com as informações prestadas pelos TST, o número de utentes nem sequer cobre os custos associados ao serviço que está a ser prestado, na medida em que havia carreiras que tinham cerca de 5 a 6 utentes; havia um período do dia com três viagens (às 06:15 horas, outra uma hora depois, e a terceira pelas 17:00 horas) com apenas 3 utentes, e as restantes viagens com 1 ou zero passageiros. No final do dia, voltavam as três últimas carreiras, com 5 a 6 pessoas que desciam do comboio da Fertagus para regresso nesta carreira.

A propósito deste tema, intervém o **Sr. Presidente** para acrescentar a seguinte nota:

. Foi, de certa forma, imposta aos municípios e a quem trabalha na área da mobilidade um novo regime jurídico dos transportes públicos, que é manifestamente um retrocesso no que diz respeito à garantia de patamares mínimos de serviço e que é, também, uma “armadilha” tentando envolver os municípios. Mais do que na comparticipação, serem os municípios a suportar “quase na íntegra” os custos dos transportes. Isto não faz nenhum sentido, porque uma das matérias que esteve sempre em discussão por o sistema de subsidiação do transporte público. Existem países em que empresas a partir de 9 trabalhadores pagam uma determinada percentagem para o transporte público; existem países em que uma percentagem do imposto sobre os produtos petrolíferos é destinada aos transportes públicos; existem países em que uma percentagem das portagens é para transportes públicos; mas, em Portugal, esses impostos e essas taxas vão todas para a ‘outros’ bolsos e não se promove o transporte público! A não ser que pretendam que os municípios criem taxas para os transportes públicos. Refira-se que os cidadãos já pagam outros impostos à Administração Central;

. Está a ser criada uma enorme discussão acerca da privatização do metro da carris junto dos operadores, dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, da Autoridade Metropolitana dos Transportes de Lisboa. Num território como o do concelho de Palmela, que ainda está mais desprotegido nesta matéria, dada a sua dispersão populacional e geográfica, a Autarquia mostra-se muito interessada em estudar soluções de transporte flexível de mobilidade car *pooling*. A legislação teve de ser alterada para uma experiência piloto na zona do oeste. Ter-se-á de aguardar pelo que o quadro estratégico comunitário venha a possibilitar no âmbito desta matéria, sendo que a maioria em exercício neste órgão não gostaria que o caminho a seguir fosse a municipalização de tudo o que tem a ver com operadores privados e com indemnizações compensatórias pelo serviço público que é prestado, através da Administração Central;

. A razão pela qual está a aprofundar esta matéria é porque vale a pena que se faça esta reflexão. Não se trata dum assunto das transportadoras, mas sim, dos cidadãos/municípios que estão muito mal servidos nesta rede de transporte rodoviário dado que a ferroviária tem uma razoável cobertura. Já houve tempos em que paravam mais comboios no Poceirão, assim como, nas estações da Lagoa da Palha e de Fernando Pó. É necessário repensar estas questões.

_ **Execução da rotunda na E.N. 379, em Palmela** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Eduardo Ferro) – O **Sr. Presidente** começa por agradecer o comentário do Sr. Vereador Eduardo Ferro. Explica que a tal configuração em forma de “orelha” não sofreu nenhum desvio do local onde estava situado. Há medida que as obras foram avançando e quando a sinalização horizontal estiver concluída vai ser perceptível como a rotunda se apresenta e a circulação é feita.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sr.ª Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 18.03.2015 a 31.03.2015.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 16.03.2015 a 27.03.2015.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.03.2015 a 31.03.2015, no valor de 2.255.429,77 € (dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove euros e setenta e sete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 01.04.2015, apresenta um saldo de 5.605.327,38 € (cinco milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e vinte e sete euros e trinta e oito cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.630.076,66 € (quatro milhões, seiscentos e trinta mil, setenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 975.250,72 € (novecentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e setenta e dois cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 01_07-15.

«No âmbito da atividade que vem sendo realizada, a coberto do Programa Mecenaz de Palmela, que a câmara municipal apresentou publicamente no final de 2014 e considerando que a mesma valoriza positivamente, enquanto contributo para o desenvolvimento do território, o envolvimento dos agentes económicos, na realização de projetos marcantes em diversas áreas de atividade;

Atendendo à manifestação de interesse protagonizado por várias empresas, em se associarem ao programa em apreço;

Assim, e de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal aceite as doações que de seguida se discriminam:

Entidade	Doação/Donativo	Atividade
CENTRO DE RECICLAGEM DE PALMELA, S.A. Rua José Mestre, 177 2950-051 PALMELA NIF: 504222090	150 T-shirts Valor da Doação: € 473,55 (quatrocentos e setenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos)	Duas (de)mãos Por Palmela
	30 Árvores Valor da Doação: € 1.038,80 (mil e trinta e oito euros e oitenta cêntimos)	Semana da Floresta Autóctone

SLEM – Sociedade Luso Espanhola de Metais, Lda. Palmela Gare 2950-401 Palmela NIF: 501991239	€ 2.000,00 (dois mil euros)	FIG – 8º Festival Internacional de Gigantes
	€ 600,00 (seiscentos euros)	Sinfonia de Palmela
	€ 500,00 (quinhentos euros)	Palmela Wine Jazz
PALSER – Bioenergia e Paletes, Lda. Zona Industrial Apartado 25 6101-909 Sertã NIF: 502415142	€ 2.000,00 (dois mil euros)	Sinfonia de Palmela
Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, Lda. R. Manuel João de Freitas CCI 2501 2965-621 Poceirão NIF: 507518217	€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)	Sinfonia de Palmela
CONCREMAT – Prefabricação e Obras Gerais, S.A. Herdade do Monte Apartado 61 2959-909 Pinhal Novo	€ 1.000,00 (mil euros)	FIG – 8º Festival Internacional de Gigantes

Mais se informa que a totalidade das referidas doações que **se propõe** que a Câmara Municipal aceite, perfazem o valor total de 10.112,35 (dez mil, cento e doze euros e trinta e cinco cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Após a votação desta proposta – Aceitação de doações – o Sr. Presidente intervém para expressar o seguinte:

. Congratula-se com o facto de a equipa ter “em boa hora” criado este projeto, e que o fez com grande empenho nesta estratégia de sedução do tecido empresarial que requer muito trabalho. Felicita as empresas em questão, por assumirem a sua cidadania e a sua responsabilidade social, reinvestindo no território.

PONTO 2 – Proposta de alteração ao Regulamento das Condecorações do Município de Palmela.

PROPOSTA N.º GAP 02_07-15.

«A atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar tem por objetivo destacar exclusivamente os agentes dos Bombeiros Voluntários que se tenham distinguido, ao longo de determinado período, pela sua dedicação e comportamento exemplar no exercício do seu cargo, valorizando os bombeiros do concelho, nomeadamente Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura.

Desde a sua instituição, por motivos vários, não foi possível atribuir estas condecorações. Assim e na sequência de várias reflexões sobre a matéria, que têm vindo a ser realizadas com as atuais Associações, vieram os três comandantes dos corpos de bombeiros de Águas de Moura, Palmela, Pinhal Novo em conjunto com o Serviço Municipal de Proteção Civil, considerar a necessidade de alterar o referido regulamento no seu Capítulo II, secção VII – atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar.

As alterações resultantes entretanto previstas, assentam em critérios ainda mais rigorosos do que os inicialmente previstos para atribuição das presentes condecorações, estando em consonância com o objetivo de destacar aqueles que efetivamente se encontram ao serviço dos seus concidadãos, de forma dedicada e com comportamento exemplar, no exercício da função que decidiram abraçar.

O Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, destinado a galardoar, exclusivamente, os agentes dos Bombeiros Voluntários que se tenham distinguido, ao longo de determinado período pelo zelo, dedicação e exemplar comportamento no exercício do seu cargo, passará a ter a redação, que se enuncia de seguida.

Para melhor compreensão das alterações propostas, apresenta-se o seguinte quadro resumo:

Nº	Pág.	Descrição	Texto atual	Proposta de alteração
1	8	Ponto nº 2, alínea a) do artigo 30º	“O grau ouro, aos agentes com 25 anos completos de serviço efetivo e que, ao longo deste período, tenham boa informação prestada pelos chefes acerca das suas qualidades morais e profissionais e reunido três louvores, sendo, no mínimo, um individual, que não tenham servido de fundamento à concessão de grau anterior desta ou de outra modalidade da Medalha Municipal”	“O grau ouro, aos agentes com 25 anos de bom e efetivo serviço, em situação de atividade no Quadro e que, ao longo deste período, tenham boa informação de serviço e exemplar comportamento, demonstrando qualidades morais e profissionais e que não possuam, nos últimos 5 anos, avaliação de desempenho inferior a Bom” [nova redação]

Nº	Pág.	Descrição	Texto atual	Proposta de alteração
2	8	Ponto nº 2, alínea b) do artigo 30º	"O grau prata, aos agentes com 15 anos completos de serviço efetivo e que, ao longo deste período, tenham obtido, pelo menos dois louvores, um deles individual, que não tenham servido de fundamento à concessão de grau anterior desta ou de outra modalidade da Medalha Municipal"	"O grau prata, aos agentes com 20 anos de bom e efetivo serviço, em situação de atividade no Quadro e que, ao longo deste período, tenham boa informação de serviço e exemplar comportamento, demonstrando qualidades morais e profissionais e que não possuam, nos últimos 5 anos, avaliação de desempenho inferior a Bom" [nova redação]
3	8	Ponto nº 2, alínea c) do artigo 30º	"O grau cobre, aos agentes com 5 anos completos de serviço efetivo e que, ao longo deste período tenham obtido um louvor individual ou coletivo que não tenha servido de fundamento à concessão de outra modalidade da Medalha Municipal"	"O grau cobre, aos agentes com 15 anos de bom e efetivo serviço, em situação de atividade no Quadro e que, ao longo deste período, tenham boa informação de serviço e exemplar comportamento, demonstrando qualidades morais e profissionais e que não possuam, nos últimos 5 anos, avaliação de desempenho inferior a Bom" [nova redação]
4	8	Artigo 31º	"A concessão da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar é da competência da Câmara Municipal, mediante proposta fundamentada e instruída do Presidente da Câmara mediante listagem apresentada pelos Comandantes das Corporações dos Bombeiros Voluntários do Concelho"	"A concessão da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar é da competência da Câmara Municipal, mediante proposta fundamentada e instruída do Presidente da Câmara através de listagem apresentada pelos Comandantes das Corporações de Bombeiros do Concelho" [nova redação]
5	8	Artigo 32º	"A Medalha Municipal de Comportamento Exemplar será preferencialmente entregue no Dia de Aniversário de cada Associação em formatura da Corporação local"	"A Medalha Municipal de Comportamento Exemplar será preferencialmente entregue no Dia Municipal do Bombeiro, durante a Sessão Solene, em formatura geral" [nova redação]

Assim, ao abrigo da alínea k) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar a proposta de alteração ao Regulamento das Condecorações do Município de Palmela que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante, promovendo a sua consulta pública, nos termos do artigo 118.º, do Decreto-lei nº 6/96, de 31 de janeiro;

- b) E, caso não ocorram alterações ao texto final regulamentar em resultado das consultas desenvolvidas, considerar esta Câmara Municipal desde já aprovadas as alterações ao "Regulamento das Condecorações do Município de Palmela", nos exatos termos consignados para efeitos da sua aprovação final, por deliberação da Assembleia Municipal de Palmela.»

Sobre a proposta de Proposta de alteração ao Regulamento das Condecorações do Município de Palmela numerada GAP 02_07-15 intervêm:

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** cumprimenta os presentes.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** intervém dizendo que a presente proposta é merecedora das seguintes observações:

. A Medalha Municipal de Comportamento Exemplar é uma condecoração pessoal e individual. A esse respeito e, em representação dos Srs. Vereadores do PS, gostaria de lançar a ideia, simultaneamente com uma chamada de atenção para o que pensam poder parecer ser tido como de alguma injustiça; e adianta que, a partir do momento em que uma das alterações, relativamente às medalhas de ouro, prata e cobre - "de 25, 20 ou de 15 anos de bom e efetivo serviço", acrescentaram as palavras "no quadro" ("no quadro" de cada corporação ao nível concelhio, assim supõem), face ao que os Vereadores Socialistas são de opinião que esta situação pode levar a uma certa injustiça, porque 25 anos significam muito tempo e pode haver agentes que, por qualquer motivo profissional, tenham mudado de zona ou de residência, ou ainda de corporação, e nunca vão chegar a atingir os 25, 20 ou 15 anos de serviço, porque, por exemplo, o tempo que tiveram noutras corporações com os 5 anos de serviço efetivo classificado de bom e agora chega de novo a uma corporação de bombeiros deste concelho, ou quem quiser ou tiver de mudar, acaba por não ter acesso à atribuição desta medalha de bom e efetivo serviço classificado de bom. Um agente, nas condições como as que acaba de descrever, pode ficar defraudado nas suas expetativas. Assim, se a regulamentação for feita como vem expressa na presente proposta, só quem está no quadro efetivo a prestar serviço numa corporação deste concelho é que pode vir a ser alvo desta condecoração.

. Normalmente o serviço prestado tendo por base a avaliação de bom, acompanha os agentes quando eles ingressam no serviço numa outra corporação.

O **Sr. Presidente** menciona que a sua interpretação vai no sentido de que um bombeiro que venha do quadro de uma outra corporação integra o período de desempenho no quadro dessa corporação. Caso haja recuperação do tempo de serviço essa será uma situação que compete aos comandantes fazer de acordo com as normas, disciplina e regimentos próprios das corporações de bombeiros, nos quais este órgão municipal não se pode imiscuir.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** observa que a única alteração de monta que sugeria seria a da inclusão das palavras “no quadro”, mas, aceita a explicação efetuada pelo Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente** menciona que não foi por acaso que a alteração ao Regulamento das Condecorações do Município de Palmela esteve suspensa por alguns anos e isto relaciona-se com questões de ordem interna das associações. São as associações que com os seus comandos acabam por colocar a Autarquia ao corrente daquilo que são os aspetos práticos para tornar este ou aquele ponto, mais ou menos, funcional. A alteração ao Regulamento que agora se propõe resulta dessa concertação feita entre os Comandos e as Associações de Bombeiros deste concelho com a Câmara Municipal de Palmela.

Mais esclarece que a alteração foi feita para um determinado universo, com uma determinada bitola de avaliação e consideração, que resulta da experiência que as associações têm no terreno.

Mais refere o **Sr. Presidente** que a fase da consulta pública que se segue vai, naturalmente, procurar integrar os contributos e a reflexão que as entidades venham a sugerir.

Face às explicações prestadas pelo Sr. Presidente, a **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** adianta que os Vereadores do PS vão votar favoravelmente a proposta, uma vez que se subentende que para a contagem dos 25 anos de serviço prestado não só contam os anos prestados no quadro das corporações dos bombeiros, como, também, o serviço efetuado ao abrigo de outras corporações.

Em resposta à Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, o **Sr. Presidente** responde à Sra. Vereadora que não consegue garantir que assim seja; mas a lógica é a de que uma pessoa que pertença a um quadro profissional (neste caso são bombeiros profissionais), quando muda de local vai integrar o mesmo quadro.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** tece o seguinte comentário: “desde que esse quadro não seja restritivo para aqueles que vêm de fora e integram agora as corporações”. Se na base da atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar está uma condecoração pessoal e individual e se a pessoa tem mérito e avaliação para tal, defendem os Vereadores Socialistas que a contagem do tempo de serviço deve acompanhar o bombeiro para onde este for. É o princípio da justiça.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** usa da palavra para mencionar que existem duas perspetivas: a do serviço prestado ao concelho (Medalha Municipal de Serviço Prestado) e a da excelência e do mérito pessoal (Medalha Municipal de Comportamento Exemplar), esta última tem a ver com o percurso pessoal do indivíduo.

O **Sr. Presidente** intervém dizendo que a sua perspetiva pode ter induzido em erro. Facilitando a sua interpretação, passa a explicar: para a atribuição da Medalha em questão -

Medalha Municipal de Comportamento Exemplar – entende-se a prestação do serviço prestado pelo bombeiro em determinada corporação do território deste concelho. Não estão a referir-se a bombeiros profissionais, mas sim a bombeiros voluntários. Quando se trata de fazer uma seriação, é evidente que quem está fora dos limites, fica de fora.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que tem conhecimento de bombeiros que vieram do Barreiro para prestar serviço em corporação(ões) do concelho de Palmela.

O **Sr. Presidente** repara que ao virem bombeiros que operaram em outros territórios para este concelho, fica a pergunta: onde e quando é que trabalharam ao serviço da comunidade do concelho de Palmela.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** responde que é a partir do momento em que cá chegam, ficam a prestar.

O **Sr. Presidente** considera dever acrescentar que a proposta ora apresentada teve de ser consensualizada com os Srs. Comandantes das três corporações de bombeiros do concelho e por iniciativa destes. Ao longo dos anos vinha sendo suscitada a questão dos louvores, e esta foi a formulação conseguida. Tranquiliza os Srs. Vereadores que esta redação corresponde às expetativas das três Associações de Bombeiros do Concelho.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** insiste na sua questão, defendendo que a mesma não deve ser confundida: a partir do momento em que um bombeiro vem prestar serviço para este Município tem de estar 20 anos para poder ser alvo da atribuição da Medalha em questão. As pessoas podem ter desempenhado um serviço excelente noutro sítio, mas também não conseguiram ser reconhecidas com a atribuição de determinada medalha, porque não perfizeram os 25 anos ou os 20 anos para poderem ser excelentes.

O **Sr. Presidente** menciona que não se trata só da excelência, mas do tempo de serviço prestado no concelho, e que tem de ser no mínimo de classificação de bom. Ao Município cabe integrar esta possibilidade das condecorações para o serviço realizado na sua área territorial. O procedimento seguinte será o da consulta pública que poderá recolher contributos dos bombeiros.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Relativamente à **Prestação de Contas 2014**, transcreve-se na íntegra a Introdução que faz parte integrante do documento, e que o **Sr. Presidente** passa a ler:

"O primeiro ano do atual mandato decorreu no contexto de crise económica e financeira prolongada, que continua a afetar, transversalmente, a vida no nosso país. No entanto, as medidas tomadas nos anos anteriores, com vista à redução da despesa e à consolidação das contas, contribuíram para que 2014 fosse marcado pela estabilidade financeira do Município e pelo retomar do investimento, em diversas áreas. Em dezembro de 2014, os pagamentos em atraso eram nulos e verificava-se uma forte redução da dívida a fornecedores, relativa, na sua grande maioria, aos sistemas multimunicipais Simarsul e Amarsul, e devidamente contratada.

O Orçamento para 2014 – o mais baixo dos últimos anos – e as Grandes Opções do Plano foram implementados num período de forte mudança, fruto da reestruturação orgânica, imposta pela Administração Central. A redução de dirigentes e de unidades orgânicas trouxe constrangimentos e obrigou a um esforço de rápida adaptação a novas realidades, que consideramos bem-sucedido. O largo volume de trabalho desenvolvido, em 2014, por administração direta, e a revisão de um vasto conjunto de Regulamentos Municipais, em áreas diversas, são alguns exemplos que demonstram a grande capacidade de trabalho das equipas municipais, que souberam enfrentar os desafios com criatividade, empenho e compromisso para com as comunidades e com este território.

O último ano é caracterizado, também, pelo reforço da ligação com os agentes locais, do movimento associativo aos corpos de bombeiros, através da celebração de novos protocolos e contratos-programa, passando pelas Juntas de Freguesia, a quem continuamos a confiar várias competências, certos do seu papel determinante, junto das populações.

É, ainda, de sublinhar o grande esforço e o apurado trabalho técnico realizado, ao longo do ano, nos planos interno e supramunicipal, para posicionar Palmela na linha da frente do PORTUGAL 2020. A captação de fundos comunitários abre um leque de oportunidades determinantes para a concretização da estratégia de desenvolvimento que temos para o território, nas mais diversas áreas. Por outro lado, a CMP propôs-se constituir uma Comissão de Acompanhamento PALMELA 2020, com cerca de três dezenas de entidades e instituições do concelho e da região, e foram, já, apresentados vinte e dois projetos para integração no Plano de Ação que irá operacionalizar a EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial proposta pela AML, no quadro do instrumento estratégico AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável, previsto no Acordo de Parceira PORTUGAL 2020. No que concerne, ainda, à captação de fundos, o Município viu aprovada, no final de 2014, uma candidatura a Fundos Ambientais do Estado Português, geridos pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, relativa à regularização do troço de Pinhal Novo da Ribeira da Salgueirinha. Com um custo estimado de 2.244.800 euros (APA 85% – 1.908.080 euros e Município 15% – 336.720 euros) a intervenção tem um prazo de execução de três anos e deve ter início, no terreno, no final deste ano. Foram, também, aprovadas duas candidaturas (PORLISBOA-QREN) destinadas a compartilhar a obra do Espaço Cidadão e a Iluminação Cenográfica do Castelo de Palmela. Estas candidaturas, aprovadas em regime de overbooking, apresentam uma taxa de

financiamento de 65% sobre o investimento total elegível, representando um apoio de cerca de 500 mil euros.

Os constrangimentos decorrentes do contexto socioeconómico e das imposições legais continuam a sentir-se, com ataques continuados à autonomia do Poder Local, que tentam mudar as "regras do jogo": depois da constituição do Fundo de Apoio Municipal, com impactos diretos no Orçamento Municipal, somos confrontados, diariamente, com propostas de lei que apontam no sentido da descentralização unilateral de novas competências em setores fulcrais como a saúde ou a educação e da comparticipação municipal obrigatória em áreas da competência da Administração Central, enquanto, por outro lado, se mantêm os entraves à contratação, conduzindo a equipas cada vez mais depauperadas para fazer face às necessidades. No entanto, o trabalho realizado ao longo de 2014 honra o Município de Palmela e perspetiva novos caminhos de concretização e futuro.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A simplificação de procedimentos, a desburocratização e a desmaterialização de processos continuam a ser prioridades, no que respeita à vida interna da organização, sempre com o propósito de qualificar o serviço prestado aos/às cidadãos/ãs. O Município aderiu, assim, à nova plataforma eletrónica do Simplex Autárquico: Licenciamento Zero e deu continuidade ao processo de implementação do SIDAM – Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal e Arquivo Documental Web, com novas funcionalidades e reforço da formação para todos/as os/as trabalhadores/as, bem como para os/as interlocutores/as específicos/as em cada unidade.

Relativamente a 2013, verificou-se o aumento do número de ações de formação ministradas na autarquia, com forte recurso à bolsa de formadores/as internos/as, sem custos financeiros adicionais, que permitiram, no entanto, continuar a qualificar os/as trabalhadoras/es, dotando-os/as de novas competências e refrescando conhecimentos.

O atendimento municipal está em constante evolução e desenvolveu, em 2014, um projeto piloto relacionado com a gestão das reclamações. Foram efetuados, ao longo do ano, 66.068 atendimentos.

No âmbito da construção de soluções que facilitem o quotidiano das pessoas, enquadra-se, também, o reforço da parceria com as Juntas de Freguesia, através de um conjunto de acordos, que conduziram à assunção de mais responsabilidades por parte das Juntas, em diferentes domínios, ou à adaptação dos já existentes, com vista a uma gestão mais eficaz dos recursos.

A convicção de que o projeto de desenvolvimento local deve ser construído e cimentado com todos/as, desde os/as trabalhadores/as do Município aos/às cidadãos/ãs, passando, também, pelas crianças e jovens, justificou a implementação e/ou continuidade de projetos conducentes a uma vivência cidadã plena. São exemplo as Semanas das Freguesias, o Fórum Projeto

Educativo Local, o projeto "Eu Conheço. Eu Participo!", com o envolvimento da comunidade escolar, ou as iniciativas de voluntariado "(A)Gente do Bairro" ou "2 (de)mãos por Palmela", vocacionadas para a qualificação do espaço público. Também o Orçamento Participativo foi retomado, com resultados muito positivos.

No final do ano que terminou, o efetivo municipal era constituído por 898 trabalhadores/as, sendo cerca de 50% assistentes operacionais.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A Câmara Municipal definiu, há muito, a Educação como área estratégica para o desenvolvimento sustentável do território e continua a congregar esforços e recursos para ir além do estrito cumprimento das suas atribuições. A evolução da despesa com a Educação continua em sentido ascendente, cifrando-se em mais de dois milhões e quinhentos mil euros. Manteve-se o forte investimento em transportes escolares, no total de 1.048.845,41 euros, comparticipados pela administração central em 127.194,00 euros, para servir uma população estudantil de mais de 2.500 alunos/as.

No âmbito da Ação Social Escolar, o Município aumentou, no ano letivo 2014-2015, o valor a atribuir a cada um dos/as mais de mil beneficiários/as (cerca de 40% da população escolar) dos Auxílios Económicos Diretos, que passou de 45 para 50 euros por aluno/a.

O programa de alimentação escolar assegura, diariamente, o fornecimento de cerca de três mil refeições. Assim, 88,5% dos/as alunos/as e crianças almoçaram nos refeitórios escolares do concelho em 2014, sendo que destes/as, mais de mil e trezentos/as beneficiaram de refeição gratuita. O investimento municipal nesta área, no valor de 981.671,71 euros, foi comparticipado pelo Ministério da Educação e Ciência em 126.904,80 euros e pelas famílias dos/as alunos/as e crianças não beneficiárias, através de aquisição de senha, em 280.811,42 euros.

Foram muitos os projetos dinamizados com e para a comunidade educativa, da participação às expressões artísticas, com destaque para o "Fantasiarte" – que contou com 81 programas e o envolvimento de 3.116 participantes – e foram concluídas várias intervenções de beneficiação e reparação de equipamentos em edifícios escolares, destacando-se a reparação do muro de suporte de terras na EB de Palmela 2 e a beneficiação, remodelação e reparação dos espaços de jogo e recreio de nove estabelecimentos de ensino. Ainda no que respeita à conservação permanente das escolas do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar, foram descentralizados mais de 400 mil euros para as Juntas de Freguesia.

O "Aprender a Nadar", projeto emblemático de introdução ao meio aquático para crianças do primeiro ciclo, regressou no ano letivo 2014-2015, retomando o seu papel na criação de igualdade de oportunidades e contribuindo para o desenvolvimento saudável e harmonioso dos seus participantes.

Na área social, o Município está atento às dinâmicas do território e integra diversas estruturas, com vista ao aprofundamento do trabalho em rede. A população sénior tem sido alvo de especial atenção, com programação própria, que favorece a vivência harmoniosa desta fase da vida e a integração plena na comunidade.

O novo Regulamento de Apoio ao Associativismo, que entrou em vigor em março deste ano, nasceu de um profundo processo de reflexão, partilhado com todos/as os/as agentes, e veio marcar o início de uma nova forma de relacionamento com o riquíssimo movimento associativo que temos, que permitirá reforçar o apoio ao desenvolvimento cultural, social e desportivo do concelho.

Das múltiplas iniciativas de carácter cultural, levadas a cabo em 2014, diretamente pelo Município ou em parceria com a comunidade ou produtores independentes, merece referência especial a 1.ª Feira Medieval de Palmela, que resultou de um grande esforço das equipas municipais e que respondeu a uma aspiração antiga das populações, pondo em evidência, perante milhares de visitantes, a riqueza histórica e patrimonial de Palmela.

A vida cultural do concelho conheceu, em 2014, dois novos espaços de dinamização e desenvolvimento local. O Centro Comunitário de Águas de Moura abriu as portas em dezembro, cumprindo o compromisso do Município de devolver à comunidade o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários, e acolhe associações locais e um conjunto de valências, que continuarão a aumentar e a aprofundar-se ao longo do presente ano. A juventude conta, desde novembro, com a Sala de Ensaios CAVE, instalada no Centro de Recursos para a Juventude de Pinhal Novo, no Mercado Municipal.

A produção de conhecimento científico, de apoio à candidatura da Arrábida a Património da Humanidade, foi uma das prioridades do setor de Património Cultural, que concluiu, também, o relatório final da Carta Arqueológica do Concelho de Palmela e prestou apoio a diversas estruturas, no campo arqueológico e museológico. A coorganização, em parceria com a Universidade Autónoma de Madrid, das Jornadas Internacionais "Cristianos contra musulmanes en la Edad Media peninsular: bases ideológicas y doctrinales de una confrontación (séculos X-XIV)", foi um dos momentos altos do trabalho de estudo e valorização da história local. O Museu Municipal de Palmela organizou, também, o IV Encontro RuralReport - Rede de História Rural em Português, em parceria com Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – ICS/UL, e através do Serviço Educativo, trabalhou de perto com diversos públicos, em particular, com a comunidade educativa.

Projetos municipais e de parceria, como o "50+", o "Mexa-se em Palmela" ou o "Viver Melhor, Viver com Autonomia", os programas de desenvolvimento desportivo em modalidades como o judo, a ginástica ou o atletismo, e os Jogos Desportivos Escolares, dinamizados com as escolas do 2º e 3º ciclos e secundárias, continuam a contribuir para integrar a prática desportiva e o exercício físico nos hábitos quotidianos das populações, de todas as faixas etárias, contribuindo

para comunidades mais saudáveis e equilibradas. Também no campo desportivo, destaque para a realização, no concelho, em abril de 2014, dos Campeonatos Europeus de Orientação e de Orientação de Precisão, com a presença de várias centenas de atletas de elite, equipas técnicas, entusiastas e jornalistas de todo o mundo, saldando-se como o mais importante evento de Orientação já realizado em Portugal e como o maior evento desportivo já levado a efeito no concelho.

Em estreita sinergia com os objetivos de promoção turística do território, a prática de desportos de natureza e ao ar livre, sublinhando o potencial de espaços privilegiados como a Arrábida, conheceu um interessante incremento em 2014, numa evolução positiva face ao ano anterior.

O Município interveio no Circuito de Manutenção do Sobral de Quinta do Anjo, substituindo todos os equipamentos, sinalética de informação e direcional, num investimento de cerca de 8.400 euros.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A Academia da Proteção Civil nasceu em 2014 e encontra-se em atividade, no âmbito do desenvolvimento de uma cultura de segurança junto da população. Em parceria com diversas entidades, foram realizadas ações de formação para os bombeiros do concelho, que estão a ter continuidade este ano, junto de diversos públicos, com particular atenção para a comunidade educativa. A divulgação da informação com vista à adoção de comportamentos preventivos e da minimização de situações de risco são os objetivos centrais desta Academia.

Além da parceria regular com as Associações de Bombeiros do Concelho, o Município retomou, em 2014, o apoio ao investimento das Associações, nomeadamente, na aquisição de viaturas, de equipamento diverso e na realização de obras de conservação/reabilitação de instalações, atribuindo um apoio global de 38.899 euros. Atualizou, também, as comparticipações financeiras protocoladas, no âmbito dos apoios aos Grupos de Bombeiros Permanentes, totalizando 338.604 euros. Foram, ainda, atribuídos 17.191 euros como atualização das comparticipações aos seguros das viaturas de emergência.

Numa das áreas mais valorizadas pela população, em sede do Orçamento Participativo – a rede viária – o Município terminou o ano com um investimento superior a um milhão e duzentos mil euros, tendo as brigadas municipais concretizado milhares de intervenções por administração direta. Foi concluída a Estrada da SETCOM e beneficiadas as circulares norte e sul da Autoeuropa e a ligação do caminho 1029 à circular norte, foi aberto um novo caminho, paralelo à linha da CP, em Fernando Pó, realizou-se a pavimentação da Estrada dos Cabeços Ruivos, das ruas 25 de Abril e Fernando Pessoa, no Bairro Alentejano e no Bairro Assunção Piedade, e de um arruamento junto à Etiforma, na zona industrial de Vila Amélia, iniciou-se a pavimentação da Rua do Aviário, na Lagoinha (entretanto concluída) e intervencionou-se a passagem superior à linha de caminho-de-ferro em Poceirão. Deu-se, também, início à execução da rotunda na Estrada Nacional 379, no cruzamento com a Estrada do Cemitério, em fase de conclusão.

A abertura ao público da Ecopista de Pinhal Novo marcou, também, o ano que passou, representando mais um passo na concretização da rede de ecopistas do concelho de Palmela. No campo da mobilidade, é, também, de realçar o trabalho junto dos TST e demais transportadoras, para fazer sentir as dificuldades das populações, ao nível de transportes públicos, o que originou a entrada em funcionamento do circuito entre Quinta do Anjo e a Estação Ferroviária da Penalva, via Bairro Alentejano e Bairro dos Marinheiros, em período experimental.

Com a instalação da Horta Comunitária de Pinhal Novo, o Município deu início à implementação do projeto "Hortas Comunitárias do Concelho de Palmela". Na área do ambiente, foram muitas as iniciativas de sensibilização e animação, desenvolvidas com as escolas e com o público em geral.

No abastecimento de água, destaca-se a substituição, por administração direta, de 400 metros de conduta de grandes dimensões, nas Marquesas I e III, freguesia de Quinta do Anjo, e a conclusão da conduta de água do Castelo, com melhorias significativas para o abastecimento à urbanização Quinta do Outeiro. Assegurou-se a ampliação e remodelação de redes, com destaque para a infraestruturação da rua de Goa, em Cabanas.

A higiene urbana e a salubridade são fatores essenciais para a qualidade de vida das populações e o Município está empenhado em garantir um serviço cada vez mais qualificado, procurando, por outro lado, chamar as populações ao cumprimento dos seus deveres de cidadania. Nesse sentido, deu-se início ao processo de revisão do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Higiene e Limpeza do Concelho de Palmela. Manteve-se a tendência do ano anterior de ligeira redução na produção de resíduos (valorizáveis e indiferenciados), com exceção das atividades económicas. Face a 2013, verificou-se um acréscimo de cerca de 40% na recolha e entrega de resíduos verdes para compostagem.

O serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos abrange todo o concelho e é constituído por 19 circuitos distintos, sendo 15 efetuados por administração direta e 4 realizados com recurso a prestação de serviço. O circuito dedicado às atividades económicas contou, em 2014, com a adesão de 207 empresas.

No que respeita à eficiência energética, foi aprovado o PAESP – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Palmela, documento que sintetiza o conjunto de medidas que permitirão cumprir o compromisso assumido no âmbito do Pacto dos Autarcas, e deu-se particular atenção à substituição de iluminação tradicional por tecnologia mais eficiente, com ganhos ambientais e económicos.

A dinamização e a revitalização do Centro Histórico de Palmela continuam a ser prioridades do Município, que concluiu uma empreitada de beneficiação do edifício dos Paços do Concelho e avançou com a construção do Espaço Cidadão – Serviço de Apoio à Comunidade. O Mercado Municipal de Palmela foi alvo de uma empreitada de beneficiação e o seu terraço recebeu, ao

longo dos meses de verão, os Mercadinhos de Palmela, iniciativa que animou o núcleo mais antigo e promoveu diversos produtores e artesãos. Mantiveram-se os incentivos fiscais, em sede de IMI, com um total de 675 prédios urbanos a beneficiar de redução, e através do projeto de voluntariado "2 (de)mãos por Palmela", foram feitos vários melhoramentos no espaço público. A preocupação com o espaço público é transversal, aliás, a todo o concelho, e em 2014 foram efetuadas várias alterações ao Regulamento de Taxas Municipais, em articulação com o Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos, e aprovadas minorações no IMI, que pretendem estimular a recuperação e qualificação de imóveis, o arrendamento a jovens e a instalação de pequenas atividades de comércio e serviços.

PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

O incentivo à atividade económica foi uma das premissas do trabalho desenvolvido em 2014. Atento às necessidades das empresas e agentes económicos, o Município desenvolveu um conjunto de medidas com vista à simplificação de procedimentos e incentivo ao investimento, onde se inserem benefícios fiscais para quem pretende investir no concelho, valorizar a sua atividade através, por exemplo, da criação de esplanadas que acrescentem valor e atratividade turística, para quem reabilite edifícios para arrendamento jovem ou comércio.

A estratégia de promoção turística, assente na campanha "Palmela Conquista" e no produto "Palmela Tourist Card", consolidou-se, continuando a atrair visitantes e a favorecer o estreitamento das relações com os/as agentes regionais. O programa específico para o setor de restauração "Palmela, Experiências com Sabor!" registou a realização de catorze fins-de-semana gastronómicos temáticos, com uma adesão média de dezoito restaurantes por evento, onde foram servidas cerca de quatro mil refeições inseridas no programa.

Certames ligados aos produtos locais de qualidade e à valorização da identidade local, fortemente associada à tradição rural, como o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão ou a Festa das Vindimas, encontram-se completamente enraizados nos cartazes regional e nacional de eventos e continuam a assumir-se como montras privilegiadas de divulgação das nossas empresas e daquilo que nos distingue.

Também o projeto Rota de Vinhos da Península de Setúbal se encontra perfeitamente consolidado e assume-se como forte fator de atração e divulgação dos vinhos de Palmela e dos produtos associados, com a doçaria ou o artesanato.

Dentro do vasto programa de atividades de carácter turístico, destaque para a primeira edição do "Palmela Wine Jazz" no Castelo de Palmela, um evento pensado para apreciadores e que permitiu atrair novos públicos ao Centro Histórico, durante o verão.

No quadro da vasta rede de parcerias nacionais e internacionais estabelecidas, é de sublinhar, em 2014, a assinatura do acordo de cooperação para a organização do produto turístico, "Castelos da Arrábida", entre os Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra e a ADREPES.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 39,7 milhões de euros, correspondem ao valor mais baixo do quadriénio 2011-2014, no entanto apresentam uma taxa de execução de 105,3 %, a mais elevada desde 2003. Comparativamente a 2011, as receitas diminuíram cerca de 1,3 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 20,2 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 50,9% do total da receita arrecadada.

O conjunto de Impostos Indiretos apresenta uma evolução negativa (- 48,8%), em comparação com o valor arrecadado no ano 2013. Este decréscimo acontece pelo não pagamento pelos operadores das taxas de ocupação de solo e/ou subsolo e de redes municipais, situações que se encontram em litígio judicial.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 38,2 milhões de euros, menos 5,8 % que no ano transato, dos quais, 17,2 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 90,8 %, a mais elevada desde 2008.

Os indicadores de eficácia, medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para o quadriénio 2011-2014, melhoram significativamente: a eficácia da concretização da receita passou, de 72,4% para 105,3%, entre os anos de 2011 e 2014; no caso da despesa e para o mesmo período o indicador passou de 70,2%, em 2011, para 90,8%, em 2014.

As despesas com pessoal, relativas a um total de 898 trabalhadores (menos 35 que no ano transato), representam 17,6 milhões de euros, um decréscimo de 4,4 % face ao ano anterior.

Na aquisição de bens de capital, regista-se um decréscimo verificado face a 2013 (-36,3%), em resultado do atraso na execução física e/ou financeira, de intervenções previstas para o ano 2014.

A rubrica de Passivos Financeiros regista uma diminuição de 8,8% (-184 mil euros) resultado direto da não utilização do empréstimo de curto prazo. As amortizações financeiras de empréstimos de médio e longo prazo apresentam, em termos absolutos, o valor mais alto do quadriénio (1,9 milhões de euros). O ano 2014 apresenta o valor mais baixo em termos de endividamento bancário no quadriénio.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 13,2 milhões de euros, inclui 1,2 milhões de euros de faturação transitada do ano 2013 e pagamento de serviços

públicos essenciais – tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamento de águas e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um decréscimo de 1,3%.

Depois de anos sucessivos de redução das despesas afetas a áreas de funcionamento da estrutura, verifica-se uma tendência para a sua estabilização e consolidação. Ainda assim, foi possível em 2014 efetuar reduções em algumas situações, destaca-se as mais significativas: locação de edifícios (-5,3%); comunicações (-26,8%); Encargos com as instalações – (- 6 %)

Relativamente à iluminação pública registou um aumento 7,4% dos pagamentos efetuados face a 2013.

Na rubrica de aquisição de serviços, procedeu-se a um pagamento de mais 237 mil euros aos sistemas multimunicipais, relativamente aos pagamentos efetuados em 2013.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2014, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 6,2 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores Amarsul, SA e Simarsul, SA, no valor de 5,8 milhões de euros. Regista-se, assim, uma melhoria face aos valores existentes em 2013, que apresentavam um total de 7,6 milhões de euros, dos quais, 627 mil euros correspondiam a faturas consideradas em atraso.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 3,5 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Permanecem as dificuldades sentidas pelo setor empresarial, designadamente, no acesso ao financiamento bancário, as quais se refletem no conjunto de licenças urbanísticas que continuam por levantar e, consequentemente, por liquidar, facto que voltou a condicionou alguns indicadores e desempenho financeiro do município.”

Seguidamente, o **Sr. Presidente** passa à apresentação da proposta:

PONTO 3 – Prestação de Contas 2014.

PROPOSTA N.º DADO 01_07-15.

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2014, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, continua a refletir as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local, conforme se pode atestar pelo valor total da receita arrecada no ano, cerca de 39,7 milhões de euros, o mais baixo do quadriénio.

De facto, à exceção do IMT, que continuou a ter um desempenho positivo em 2014, nenhuma outra receita diretamente imputável à atividade económica inverteu a tendência negativa iniciada em 2008/2009, com particular destaque para a Derrama (- 2,3% face a 2013) e os Impostos Indiretos (-48,8% face a 2013).

Registou-se contudo, fruto em grande medida do rigor e prudência na estimativa da receita, uma elevada taxa de execução (105,3%), a mais elevada desde 2003.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 20,2 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (50,9%) do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 1,8 milhões de euros, relativamente ao ano 2013.

As Transferências de Capital apresentam um decréscimo acentuado (-79,5% e - 2 milhões de euros) devido, no fundamental, à conclusão dos projetos do QREN.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 39,7 milhões de euros e uma despesa de cerca de 38,2 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 1,5 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2013 no valor de cerca de 4,4 milhões de euros, transitando para 2015 um saldo de 5,9 milhões de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 38,2 milhões de euros, menos 5,8% que no ano 2013, dos quais 17,2 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 90,8%.

As despesas com pessoal, no valor de 17,6 milhões de euros, sofreram um decréscimo de 4,4% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 898 trabalhadores (menos 35 do que em 2013).

As despesas de capital-investimentos tiveram um decréscimo de 36,3% (-1,3 milhões de euros) em resultado do atraso na concretização de intervenções previstas para o ano 2014.

A rubrica de Passivos Financeiros (amortização de empréstimos) teve uma diminuição de 8,8%, dado que em 2013 utilizaram-se 500 mil euros do empréstimo de curto prazo que tiveram de ser amortizados ainda nesse ano.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 13,2 milhões de euros, inclui cerca de 1,2 milhões de euros de faturação transitada do ano 2013 e pagamentos de serviços públicos essenciais como seja: tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamento de águas e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um decréscimo de 1,3% (-178 mil euros).

Em 2014 verifica-se a tendência para a estabilização das despesas afetas a áreas de funcionamento com a estrutura, mas ainda assim foi possível obter reduções em algumas rubricas, de que se destaca as seguintes:

- Locação de edifícios – (- 5,3%);
- Comunicações – (- 26,8%)
- Encargos com as instalações – (- 6 %)

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2014, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 6,2 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores Amarsul, SA e Simarsul, SA, no valor de 5,8 milhões de euros. Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2013, que apresentavam um total de 7,6 milhões de euros, dos quais, 627 mil euros correspondiam a faturas consideradas em atraso.

Na mesma data estavam por receber de dívidas ao município cerca de 3,5 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Assim, **propõe-se** que:

- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2014, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma,
- Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para “Resultados Transitados”.»

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2014 numerada DADO 01_07-15 intervêm:

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** inicia a sua intervenção dando a saber que o seu sentido de voto será contra, todavia vai explicar a razão de tal decisão.

. Começa por referir que a Prestação de Contas relativamente ao ano de 2014 – documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano – reflete, mais uma vez, a incapacidade da maioria CDU em executar um Orçamento de acordo com o planeado aquando da sua elaboração. Consta-se que:

. As receitas municipais arrecadadas, no valor de 44.092.824 euros, demonstram que não é por falta de meios financeiros adequados que a Autarquia não resolve os problemas dos munícipes;

. Nos caos dos impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama sobre o IRC) a verba é de 20.214.377 euros, verificando-se um acréscimo de 3.500.000 euros em relação ao ano de 2013. É uma subida significativa, muito acima do previsto pela Câmara Municipal, objetivamente a diferença é de 3.104.922 euros a mais na execução relativamente à dotação. Este dado vem, mais uma vez, dar razão às constantes propostas para aliviar a carga fiscal sobre as pessoas. Esta subida de receita resulta, essencialmente, do IMI, o que significa que a proposta apresentada pela coligação PSD-CDS no sentido de baixar gradualmente a carga fiscal sobre os munícipes era pertinente, tendo a Câmara Municipal mostrado o desconhecimento da realidade. Este é mais um ano em que os números demonstram que havia (e há) margem para, em Palmela, se ter baixado o IMI, assim a CDU o queira;

. Assistiu-se a um aumento da capacidade de arrecadação da receita da Autarquia, mas esse não é o motivo que justifica a incapacidade de execução que vem demonstrando;

. A despesa total foi de 38.207.349 euros, menos 2.352.658 euros do que no ano de 2013. Em 2014, Palmela assistiu, novamente, à diminuição do peso dos investimentos no total das despesas de capital. Em investimentos, de 3.407.309 euros em 2013 passou-se para 2.239.697 euros em 2014. Continua a existir uma confrangedora taxa de execução dos investimentos que espelha bem a inatividade, a falta de rumo e de estratégia para o concelho;

. Continua a existir um aumento médio pago pelos munícipes em impostos diretos para a Autarquia, mas tal aumento não tem o reflexo no aumento da retribuição desses mesmos munícipes;

. A baixa taxa de execução de uma das Grandes Opções do Plano para 2014 – a área da habitação e urbanismo -;

. A Prestação de Contas 2014, em apreciação, continua a expressar que se está perante uma maioria sem estratégia, com ausência de opções, que tornem a gestão autárquica mais eficaz e eficiente, capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconómico de Palmela;

Atentas as razões aduzidas, e tal como iniciou o seu discurso, vai votar contra a Prestação de Contas 2014.

O **Sr. Presidente** classifica a intervenção do Sr. Vereador Eduardo Ferro como parecendo uma “declaração de voto” e que a mesma não corresponde de todo à verdade. Aconselha-o a rever as contas. Em seguida, tece as seguintes considerações:

. A dotação inicial do Orçamento é de 42.000.000 de euros, porque saíram os 2.000.000 euros, relativos ao empréstimo bancário;

. Como é possível falar na incapacidade de execução, quando a execução financeira é elevadíssima, seja na arrecadação da receita, seja no que à despesa diga respeito (sendo que o Sr. Vereador Eduardo Ferro interpretou à sua maneira). A Câmara Municipal finaliza com uma taxa de 90,8% em termos de pagamentos – é a taxa mais alta desde 2008;

. Teve de ser extensivo na leitura de um conjunto de indicadores para ilustrar a intensa atividade da Autarquia com aumentos: na produtividade, nas intervenções realizadas, nos apoios logísticos, nos transportes efetuados, nas execuções de reparações em estradas, entre outras;

. Explica a baixa taxa de execução em habitação e urbanismo com a execução financeira, porque é necessário continuar a pagar o Plano de Urbanização do Pinhal Novo. Refira-se que não é preciso pagar a elaboração do Plano de Urbanização das Carrascas, nem o Plano de Urbanização de Vila Amélia, porque estão a ser feitos internamente. É através deste investimento que, mais tarde, vai ser possível usar estes Planos, na área da habitação e urbanismo, em unidades operativas de planeamento e gestão a que o Plano Diretor Municipal (PDM) dá corpo. Mas, ainda assim, essa execução financeira (a que se referiu o Sr. Vereador Eduardo Ferro) não é sinónimo de que não haja trabalhos;

Vai haver oportunidade para na reunião descentralizada, a ter lugar na freguesia de Quinta do Anjo, falar no Plano de Pormenor dos Bacelos. Este foi apresentado e discutido publicamente o ano passado e os Srs. Vereadores vão ter oportunidade de perceber como é difícil 'fechar' um Plano. Depois da consulta pública decorrida e das imposições para uso de nova cartografia, o facto de não haver execução financeira acaba por ter implicações no ano seguinte. O aconselhamento que faz é o de que é necessário ter em atenção o funcionamento de algumas matérias. Também nalgumas rubricas a execução financeira não explica tudo, assim como a execução da atividade não explica toda a execução financeira. Há muito trabalho produzido internamente e a verdade é que o pessoal trabalha. Ao conseguir produzir mais trabalhos a nível interno, significa a compra de menos serviços ao exterior. É preciso atenção à forma como se interpretam estes dados;

. Percebe a tónica do Sr. Vereador Eduardo Ferro em relação à questão do IMI, mas é preciso ter em linha de conta que o partido a que pertence (PSD), assim como a coligação (PSD-CDS), é o partido que está no governo e determinou na Lei do Orçamento de Estado que os municípios têm encargos que têm de cumprir rapidamente. Em bom rigor são os municípios que estão a contribuir para a redução da

despesa pública e que estão a fazer mais investimento. Não “basta” a ida aos congressos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e “passar a mão pelo pêlo” aos autarcas e tratá-los como tarefeiros, na medida em que o que consta na Lei do Orçamento de Estado, acerca da receita do IMI, é que esta é obrigatoriamente utilizada nas seguintes finalidades:

- capitalização do Fundo de Apoio Municipal (FAM) – a Câmara Municipal de Palmela tem de desembolsar 2.700.000 euros para este investimento em 7 anos;
- pagamento de dívidas a fornecedores – a Autarquia cumpre a lei, sendo que para isso tem de afetar as receitas, mas que só vai ser visível aquando da aprovação da revisão orçamental;
- redução do endividamento a médio e longo prazo – em nenhum momento foi pago tanto como à data atual;
- a capitalização do fundo de investimento municipal – “que ainda, nem sequer, foi regulamentada e nem se sabe o que é”.

. A questão do IMI merece-lhe, ainda, os seguintes comentários:

- sobre o acréscimo de 3.500.000 euros em relação ao ano de 2013, a que o Sr. Vereador Eduardo Ferro aludiu, no âmbito dos impostos diretos, tem a referir que a estimativa para a arrecadação da verba do IMI situava-se em 2.000.000 euros e numa verba de mais baixo valor no IMT, todos os montantes dos demais impostos mantiveram-se a níveis muito abaixo dos calculados. Precisamente, por isso, a prova da capacidade de gestão, rigor e equilíbrio financeiro, é a de contrabalançar com os impostos indiretos aquilo que está a menos nos impostos diretos;
 - quanto ao desagramento da taxa do IMI remete para a leitura da ata dessa reunião. Relembra que foi sempre afirmado, pela maioria em exercício, que a prudência, o bom senso e o rigor devem prevalecer antes da tomada da decisão;
 - no final do mandato, ter-se-ão de analisar os indicadores dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) nas diferentes áreas para ver quem, efetivamente, tem as suas finanças sanadas e quem tem obra, atividade e serviço prestado à comunidade. Pode, o Sr. Vereador Eduardo Ferro, referir-se ao Município de Mafra, com gestão PSD – uma Autarquia “modelo” na AML – em cujo Município é aplicada a taxa máxima de IMI, tal como tarifas de saneamento e de resíduos, em que os municípios do PSD aplicam as tarifas mais altas.
- . É falacioso e incorreto falar de incapacidade, quando os valores de execução de obra / atividade / arrecadação de receita / pagamento da despesa são reais.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** faz menção a que os Vereadores do PS dedicam a maior atenção aos instrumentos de gestão da Câmara Municipal para poderem ter uma visão que seja séria e objetiva. A proposta que está em discussão – Prestação de Contas 2014 – tem por base a proposta de Orçamento 2014 e GOP 2014-2017, discutida e aprovada a 11 de dezembro de 2013, com os votos contra do PS e a abstenção do PSD-CDS. Apesar dos contributos dados pelos eleitos do PS, aquando da elaboração da proposta de Orçamento referida, estes não foram incluídos. A maioria CDU, responsável pela gestão financeira tem a seu cargo a priorização da atividade municipal. Refira-se que no ano de 2014 produziram-se 9 alterações orçamentais e 2 revisões, tendo os Vereadores do PS votado todos estes documentos favoravelmente. Destaca a atitude construtiva da oposição (PS) que, mesmo sem as suas propostas terem sido acolhidas, mantém uma postura colaborante, desde que se reconheça a bondade das alterações. A verdade é que o documento ora a discussão mantém o 'cordão umbilical' que o liga à proposta de Orçamento 2014 e que não mereceu a aprovação dos Vereadores Socialistas neste órgão autárquico. Os três principais motivos enunciados, na altura, foram:

- a previsão da receita do IMI orçada em 10.380.000 euros;
- a deficiente dotação na área do comércio e turismo de 80.900 euros, num Orçamento de praticamente 38.000.000 euros, o que representa 0,2% do Orçamento;
- a dotação da verba (bastante irrisória) de 6.000 euros para a área da ação social.

Estes motivos refletem uma visão estratégica que não mereceu, na altura, a concordância dos Vereadores Socialistas.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que os Vereadores do PS tiveram o cuidado de demonstrar que a receita do IMI iria subir aos 12.000.000 euros, pelo que a redução da taxa foi proposta por eles com base nesse saldo. Lembra que essa projeção foi quase "ridicularizada" e os resultados são agora visíveis: a receita do IMI, cobrada às famílias do concelho, foi de 12.866.198 euros (mais 2.500.000 euros do que o previsto em Orçamento). Os Vereadores da oposição chegaram mesmo a ser "desafiados" com a pergunta: "onde iriam 'cortar' caso descesse a taxa de IMI". As projeções refletem o contrário: mais 2.500.000 euros! É muito interessante verificar que a proposta agora apresenta seja omissa quanto a este facto. A própria Introdução, assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, iliba essa informação. Não crê que seja um ato falhado e está mesmo convicta de que é intencional, na medida em que esta não é uma discussão que interesse aos eleitos da CDU neste órgão (ou seja, à maioria em gestão).

Continua a sua intervenção, fazendo menção a que há um conjunto de ataques feitos ao governo que despudoradamente 'ataca' as famílias com mais e mais impostos. Quando a CDU pode ser poder opta, também, pela política dos cofres cheios e cita parte duma ata: "(...) *arrecadar a receita é a prioridade (...)*". E, nem a devolução de parte da receita do IRS, que é devido à Autarquia, com o impacto irrisório que teria no Orçamento municipal, o Sr. Presidente

e Srs. Vereadores da CDU aceitaram a proposta alternativa apresentada pela oposição. Reconhece que há indicadores bastante positivos e que a Câmara Municipal, em algumas áreas, vai além das suas competências, designadamente na área da educação. Os Vereadores Socialistas mantêm a perspetiva de que a Câmara deve dar um 'sinal' às famílias deste concelho nas propostas a serem votadas este ano com a definição das taxas do IMI e do IRS. Aquando da discussão das propostas para fixação das taxas destes impostos, lembra-se de o Sr. Presidente ter dito que os Vereadores do PS, nos anos vindouros, iriam sempre iriam sempre propor taxas abaixo da que a maioria em gestão iria apresentar. Assegura que os Vereadores do PS não querem fazer disso um caso pessoal, nem querem que o Sr. Presidente fique desiludido com o seu sentido de voto, mas têm perspetivas diferentes das do Sr. Presidente e da dos demais eleitos em gestão nesta Câmara Municipal e, por isso, não são obrigados à concordância nem à perspetiva "de V.Exa."

Mais refere a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** que, passando para a aposta na economia, que foi tão propalada para o Orçamento de 2014, nomeadamente nas áreas do comércio e turismo, esta foi anunciada, mas a verdade é que ficou muito aquém do expectável e do necessário.

Acrescenta que se nota um 'quase' desprezo pela ação social, se comparada com a educação, cultura e desporto. De tal maneira assim é que, quando o Sr. Presidente fez a leitura dos documentos ora em análise (Introdução e proposta da Prestação de Contas 2014), saltou, ou seja, omitiu a leitura do parágrafo correspondente à área da ação social.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere-se ao relatório de gestão citando: "*(...) no ano de 2014 a receita apresenta uma taxa de execução de 105,3% a mais alta nos últimos anos com uma realização superior ao orçamentado em cerca de 2.000.000 euros (...)*". Começam a "aparecer" muitos 2 milhões de euros...

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** faz a sua análise do seguinte modo:

. Registou-se, no essencial, um desvio na concretização dos impostos diretos de mais de 3.100.000 euros; em transferências correntes mais de 423.000 euros; e na venda de bens e serviços mais de 323.000 euros. Em contrapartida, os impostos indiretos ficaram aquém do previsto: menos 1.300.000 euros, e a venda de bens de investimento menos 400.000 euros. Daqui infere-se que a sustentabilidade da estrutura da receita assenta nos impostos diretos, maioritariamente nas famílias contribuintes;

. Relativamente à estrutura da despesa, verifica-se que a maior percentagem da despesa continua a ser imputada às despesas com pessoal (46,1%) – o 'peso' aumentou face a 2013, mas isso é positivo, porque em termos de valores absolutos desceu. Na aquisição de bens e serviços aumenta o peso em termos relativos ao longo dos anos, mas em termos absolutos apresenta um ligeiro decréscimo em aquisição de bens (2.100.000 euros) e em aquisição de serviços (11.100.000 euros). O 'peso' das

despesas correntes aumenta relativamente a 2013, devido à diminuição das despesas com a aquisição de capital e representa, em 2014, segundo os dados apresentados, que 88,5% das despesas foram pagas. Na aquisição de bens de capital constata-se um decréscimo que passa de 8.700.000 euros em 2013, para 5.900.000 euros em 2014;

. Em investimentos, verifica-se menos 2.200.000 euros (menos 1.200.000 euros do que em 2013);

. Em locação financeira são menos 128.000 euros;

. A estrutura da despesa assenta nas despesas correntes (88,5%) – *"isto são inferências suas"*, sendo que 11,5% se referem a despesas de capital;

. As despesas com aquisição de serviços aumentaram 2.300.000 euros, e parte desse crescimento deve-se ao pagamento de faturas em atraso;

. Passando aos rácios, salienta que "alguns são positivos": relativamente aos meios financeiros, o rácio entre impostos diretos e população, vem-se a verificar que o valor dos impostos diretos *versus* população tem vindo a aumentar desde 2011. O aumento não veio só de 2013 para 2014, mas tem vindo a aumentar de 2011 a 2014. Em impostos diretos *versus* população, o que diminui são as receitas totais *versus* população. Diminui, também, o investimento municipal *versus* população. Há menos investimento, mas aumenta a despesa com a atividade em relação à população. Quanto aos meios financeiros, neste conjunto de rácios, constata-se a diminuição de investimento por habitante, mas mantém-se a tendência do aumento do nível da atividade por habitante. O valor dos impostos diretos, relativamente à população, aumenta, mas a receita por habitante diminui;

A leitura acima descrita, permite que se realce um melhor desempenho dos indicadores ao longo do quadriénio em análise. Como tal, os Vereadores Socialistas não estão só a apontar pontos críticos. Mas, há uma grande exceção e que está relacionada com as despesas de investimento. Estas apresentam-se no valor mais baixo desde 2011: de 41.900.000 euros em 2011, de 89.900.000 euros em 2012, de 53.500.000 euros em 2013 e, neste momento, situam-se em 35.100.000 euros.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que os Vereadores do PS consideram prioritária a inversão da tendência de desinvestimento, defendem-na, mas não deixam de reconhecer a melhoria de alguns indicadores, conforme já enunciados pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues. Vais apenas acrescentar mais dois que se fixam nos rácios positivos: a estrutura da dívida e a anulação de pagamentos em atraso.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** começa por referir que não vai seguir uma análise macro, mas vai influir sobre questões mais específicas do Orçamento. Antes disso, passa a clarificar alguns 'enganos' de que se deu conta no relatório da Prestação de Contas 2014:

. Toponímia – a análise de processos de atribuição de números de polícia e topónimos refere-se que “passa de 62 para 13” mas o correto é “passa de 62 para 82”;

. Editais – constam 4 editais em 2013, mas a verdade é que foram 8.

(Os lapsos verificados serão prontamente corrigidos através da elaboração duma errata, conforme sugestão do Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e aceite pelo Sr. Presidente)

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** efetua a análise à Prestação de Contas 2014, conforme se descreve em seguida, fazendo o reparo para a necessidade de clarificação/comentário de alguns destes pontos por parte dos eleitos em gestão:

. Iluminação pública:

O valor nesta rubrica aumentou, assim como o aumento do número de postos da rede de iluminação pública, mas tal não se deve a tomadas de opção por parte da Autarquia. A faturação e as estimativas da EDP traduziu uma sensação mais exagerada de redução de despesas em 2013, transpondo esses valores para 2014 que acabou por se traduzir num aumento que se espera não repetir em 2015;

. Despesas:

As despesas com as Grandes Opções do Plano (GOP) e os meios consumidos por parte dos trabalhadores são idênticos, apesar de serem claramente superiores aos de 2013, são muito inferiores aos registados em 2012 - que se situavam em 123,8%. Este foi um dos rácios apresentados. Admite que o ano de 2012 possa ter sido uma exceção e que a casa de valores apresentada em 2014 se mostre já com outro nível de normalidade;

. Obras de conservação nas instalações municipais:

As intervenções de conservação nas instalações municipais duplicaram, o que o faz concluir que, sendo os edifícios e os funcionários “mais ou menos os mesmos” deve ter havido acumulação nos trabalhos de conservação para que se tenha dado uma duplicação de um ano para o outro;

. Informação e comunicação:

Na informação e comunicação vislumbra-se um aumento na difusão, sobretudo a que é *online*. Preocupa-o, assim como aos seus colegas do PS, a eficiência no que diz respeito às referências na comunicação social, porque o serviço de “kliping” esteve suspenso. Teima em que as conclusões que são tiradas são feitas pela aproximação e não pelo rigor. Gostaria de ser elucidado da razão, pela qual, o serviço de “kliping” esteve suspenso?

. Produção interna e externa:

Recorda-se de o Sr. Presidente ter afirmado que queria dar condições aos trabalhadores para que estes pudessem aumentar a produção interna - nos quadros que estão identificados *online* onde se faz menção à produção interna e externa não é perceptível se a alusão se refere à interna ou à externa;

. Comunicação:

Faz-lhe alguma espécie que numa área tecnológica como é a área da comunicação não se vislumbre nem reparação, nem reforço, nem atualização de nenhum equipamento;

. Formação:

Os números explanados notam, claramente, um desinvestimento na área da formação. Houve uma racionalização dos formadores internos, muitas vezes, completamente direcionada em termos da participação e do número de *softwares* internos e de gestão, como é o Sidam. Houve, em tempos, outro tipo de formação (altamente qualificante), mas que deixou de existir. Ou seja, frequentar uma ação de formação fora do que é o ambiente da Autarquia passou a ser 'virtualmente' impossível. Fazendo uma consulta no motor de busca no *site* da Câmara Municipal de Palmela por "Luís Sá" (Centro de Estudos e Formação Autárquica Luís Sá – Palmela) constata-se que as ações que lá estão dos anos anteriores acabam em 2012. Não há nada desse ano em diante. Vislumbra-se que em 2015 está previsto, para este primeiro semestre, um conjunto de formação, mas relaciona-se um texto para um período específico que foi o de 2014. Na ótica dos Vereadores do PS, o texto em relação à formação vai muito além da realidade;

. Atendimento municipal:

Quanto ao atendimento municipal – uma das áreas da bandeira da maioria – verifica-se um decréscimo de cerca de 10% nos atendimentos da loja móvel. A questão a saber é se existem razões objetivas para tal ou se a loja móvel tem estado menos disponível ou com menos clientes;

. Saúde ocupacional:

Na área da saúde ocupacional, a tabela apresentada leva a uma conclusão imediata: não é possível que o número de exames obrigatórios para trabalhadores com mais de 50 anos (1 por ano) e nos outros dois exames (1 de dois em dois anos) para os restantes funcionários, estejam a ser realizados com os números que vêm indicados. Há uma correção desta tendência, mas não há um número de exames médicos suficientes para que os trabalhadores estejam a usufruir conforme o que vem disposto na legislação. Mostra-se agradado com o facto de as consultas por requisição do próprio trabalhador tenham aumentado progressivamente; pelo menos essa resposta no imediato tem sido conseguida, mas é preciso que não ponha em causa os exames de carácter periódico;

. Programa municipal de apoio à pessoa idosa:

O programa municipal de apoio à pessoa idosa, resume-se, no ano em análise (2014), a uma quantidade impressionante de animação social e recreativa 'em grande escala' com espetáculos, dia do idoso, piqueniques, ida à piscina, entre outras;

. Cartão municipal de idade maior:

Em relação ao cartão do idoso deu-se uma mudança para uma outra denominação "cartão municipal de idade maior" que representa um conjunto mais substancial de apoio à vida do idoso e ao que são as suas necessidades mais básicas. Trata-se duma matéria que já evoluiu;

. Apoio ao cidadão deficiente:

No apoio ao cidadão deficiente, repara que todo o apoio concedido foi o espetáculo do Expressarte (é, obviamente, um processo de valorização e de inclusão pela arte). A sua pergunta vai no sentido de saber que outros apoios existiram;

. Rede social:

Em relação à rede social e/ou ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) é sabido que os eleitos do PS têm uma opinião diferenciada da ação da maioria. Defende que o papel da Câmara Municipal não pode ser meramente mediador, mas tem de passar pela organização de um fórum social e este tem de ser sob a direção da própria rede. Pretende intervir sobre esta matéria num outro fórum e de a aprofundar;

. Habitação:

Torna-se sempre difícil de perceber qual é o parque habitacional da Câmara Municipal de Palmela, quais as famílias que estão em regime de rendas parciais. Urge tratar esta questão como uma matéria de facto e programá-la para ser discutida de forma aberta;

. Resíduos sólidos:

No que respeita aos resíduos sólidos (e esta não é uma matéria exclusiva só do concelho de Palmela) há um recuo nas recolhas seletivas em relação ao que é a recolha dos resíduos indiferenciados, mas esta é uma tendência nacional. Este é um problema do concelho de Palmela, mas, também, do resto do país. Isto tem a ver com a infraestrutura que foi criada e com os objetivos que existiam. É preciso investir mais no caráter pedagógico. Segundo os dados facultados, houve uma estagnação em termos da recolha seletiva, pelo que urge desenvolver algo que seja mais estrutural – que comece nas escolas e acabe nos idosos. O exemplo de um assunto que escapa é o de a Câmara Municipal assegurar a recolha de resíduos de forma indiferenciada nos eventos concelhios (festas populares, festivais, etc.). Podiam criar-se alguns pontos de recolha (até com caráter pedagógico) para as pessoas colocarem os resíduos nos devidos recipientes;

. Cultura:

Segundo os números constantes no relatório da Prestação de Contas tiveram lugar, em 2014, 276 ações que se realizaram no Cineteatro S. João, em Palmela. É um *record* absoluto. Do que se lembra é que, até 2008, os números que foram apresentados não tiveram a maior participação de sempre. Falta perceber quantas foram as ações externas e quantas foram as da própria organização. As presenças de público, nestas 276 ações, somaram 26.000 espetadores. Fazendo uma divisão direta pelos lugares da sala dava 96 espetadores/ação. Na prática nuns espetáculos os lugares estão quase vazios e outros estão esgotados. Se houver fatores de programação própria a corrigir, uma vez que o equipamento quando está aberto reverte em despesa, talvez fosse preferível programar espetáculos que enchessem a sala.

Em relação ao Auditório Municipal do Pinhal Novo, percebe-se que este equipamento se vinha a “arrastar” e, de repente, conseguiu segurar as participações em muitas áreas, excetuando o cinema, onde continua a haver uma indefinição da Autarquia em relação ao que pretende propriamente fazer com aquela sala. Os números apresentados neste âmbito estão “mascarados” pelas sessões de cinema do Cine-france. Gostaria de saber quais são as ideias do executivo em exercício em relação a uma programação regular de cinema;

. Juventude:

Os CRJ's (Centros de Recursos para a Juventude) e a sala de ensaio Cave são dois projetos, em que um precisa de uma redefinição e o outro precisa de tempo para se afirmar.

Nos projetos de juventude, é de opinião que o Reage podia ser um programa estrutural, teve, na verdade, uma abrangência muito pequena, sobretudo, assente em 6 professores e em mais de 90 alunos. É um projeto que merece sair das escolas e tem potencial para ajudar os jovens a procurar emprego e a mandar currículos e, talvez, ligando-o a outros setores da Câmara Municipal se pudesse ajudar o jovem a estruturar e a montar o seu projeto, numa sinergia existente com o apoio à atividade económica, mas nem tudo tem a ver com o percurso tradicional escolar, tem, também, a ver com o empreendedorismo. Neste cômputo falta alguma concretização. Em relação ao projeto “Agir de corpo inteiro” repara que este está completamente parado. É certo que este assenta num programa muito mais vasto e até consegue admitir que tenha havido algum esforço. Nos projetos do “Março a Partir” e do “Agir de corpo inteiro” ainda não se vislumbraram resultados da base de voluntariado. Todos os agentes associativos são voluntários, mas nem a ligação destes projetos ao “2(de)Mãos por Palmela” poderá ser uma ligação natural. Um banco de voluntariado funciona para o concelho todo transversalmente em relação aos projetos, e os próprios voluntários vão-se integrando num e noutro conforme as suas necessidades. Este banco integrou, em 2014, quatro voluntários no Dia da Criança, mas necessita de mais trabalho e, sobretudo, de alguma divulgação do voluntariado. É muito curto chegar ao Dia Mundial do Voluntariado e constatar

que este foi assinalado com uma mensagem *online* em que se felicita e valoriza o voluntariado no concelho.

Em relação ao Fórum da Juventude e, não sendo muito adepto deste modelo, compete-lhe ter uma opinião. Adianta que os 117 alunos envolvidos, num fórum desta dimensão, estão centrados numa escola onde a participação é certa e é um bom começo, mas é altura de chegar aos jovens do concelho e não só a estes 117;

. *Site* do Município de Palmela:

É sempre motivo de preocupação quando um *site* tem praticamente o mesmo número de páginas visitadas do que de acessos. Normalmente o número de páginas visitadas tem um valor muito diferenciado do de visitas (em número muito superior). Isto afere perguntar: até que ponto está o mesmo a funcionar. Será que os conteúdos são apelativos? Há uma relação direta entre uma *newsletter* que se manda e a pessoa que faz o clique entra na primeira página e rapidamente se retira dela;

. Associativismo juvenil:

O associativismo juvenil é o parente pobre de todo o associativismo do concelho. Deu-se ao trabalho de ver as transferências correntes uma por uma e chega à conclusão que há grupos de teatro que recebem apoios maiores do orçamento do “Março a Partir” para todas as associações juvenis. Não viu uma associação juvenil em 2014. Apenas se deu conta dos ranchos, das associações culturais, dos teatros, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, dos grupos desportivos, e não viu uma associação juvenil a ser alvo de uma transferência corrente;

. Apoio ao consumidor:

O texto constante no relatório da Prestação de Contas sobre o apoio ao consumidor não é condizente com os dados que são apresentados, porque começa por indicar que teve uma grande renovação de imagem, mas tem por base muito menos atendimentos. Desconhece a que se deve tal facto. Será fruto da imagem ou de uma nova dinâmica que tenha sido implementada?

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** finaliza a sua intervenção com enfoque para a igualdade de género e o reparo de que o que vem expresso no relatório é muito pouco, sendo que o compromisso assumido a propósito deste tema, é muito extenso. Não há nada que não tenha sido incluído no compromisso e o avanço para um ano é muito curto. Fica a chamada de atenção.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** observa que aos Vereadores do PS cabe votar um documento que está bem elaborado e é tecnicamente correto, mas a gestão CDU em exercício nesta Câmara Municipal tem as suas opções e prioridades, e que são diferentes das do PS. Atendendo, ainda, ao facto de os Vereadores Socialistas terem votado contra a proposta de Orçamento 2014 e GOP, não pode a Prestação de Contas, ora em discussão, merecer a sua

concordância. As predições e críticas que os afastaram não foram elididas no ano transato, pelo que continuam com a mesma crítica construtiva propondo melhorias na vida de quem vive e trabalha com responsabilidade e transparência no território deste concelho.

Atendendo a esta última intervenção da Sra. Vereadora Natividade Coelho, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que todas as propostas são válidas e meritórias, inclusive as que são feitas pelos Srs. Vereadores Socialistas. O problema deve-se a que as propostas apresentadas não são razoáveis. Assim sendo, não têm sido aceites. Pergunta à Sra. Vereadora se acha razoável pedir à Câmara Municipal que prescindia de receitas que são essenciais para, no fundo, assumir os compromissos que têm para com os cidadãos deste concelho com receitas que são essenciais para manter o equilíbrio das contas da Autarquia.

Quando a Sra. Vereadora Natividade Coelho se reporta às áreas do comércio e turismo como tendo ficado muito aquém do expectável, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que só por desatenção ou falta de domínio destas matérias se pode introduzir este argumento. Gostava de sublinhar que a Câmara Municipal tem feito muito com muitos poucos recursos. A evolução que o setor do turismo teve no concelho de Palmela é uma realidade incontornável. Está expressa em atividades, em números e é reconhecida por várias instituições. Têm sido anos de grande afirmação da identidade, da história, da cultura, dos valores patrimoniais e ambientais, da gastronomia, dos produtos locais e o crescimento da economia e da atividade turística é um crescimento que não surge por acaso, resulta de uma estratégia. Levou muitas horas a que se construísse uma estratégia que assenta num modelo em parceria com os agentes locais do setor da restauração à hotelaria e às adegas, mas que não se circunscreve às parcerias locais, tem, também, associado uma visão regional. Por exemplo, através do acordo com os Municípios de Sesimbra e Setúbal em torno da promoção turística dos castelos e fortalezas. O Município de Palmela está também a trabalhar com estes Municípios num conjunto de projetos no âmbito do novo quadro comunitário de apoio; mas, esta estratégia tem, também, associada uma dimensão nacional e uma dimensão internacional e, por isso, estabeleceram-se acordos de cooperação com municípios estrangeiros desde Marsala (Itália) a Jerez de La Frontera (Espanha) e com Reguengos de Monsaraz, neste caso, com as Cidades Europeias do Vinho tem-se desenvolvido uma atividade que tem projetado o nome do concelho de Palmela além-fronteiras. Basta referir que o convite que foi formulado ao Município de Palmela para o Conselho de Administração da Rede Europeia das Cidades do Vinho e que é uma instituição que congrega a participação de 800 municípios de 9 países europeus.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que se dispensa de falar de todos os projetos que têm sido desenvolvidos desde a campanha promocional Palmela Conquista ao desenvolvimento do turismo de natureza, às comemorações do Dia Europeu do Enoturismo, à Feira Medieval, entre outros. Os números são claros e indelmentáveis e sobre isso, refira-se que os dados constantes do plano estratégico da Entidade Regional de Turismo de Lisboa referem que Palmela teve o maior crescimento da região em termos de oferta e de procura, desde o ano de

2009. É um crescimento que não surge por acaso, mas em função de uma estratégia concertada que envolve cada vez mais parceiros.

Ainda no âmbito do comércio e turismo, acrescenta que o Posto de Turismo teve um aumento de 23% em relação ao ano anterior, no que respeita ao número de visitantes. A própria Casa Mãe da Rota dos Vinhos viveu um crescimento na ordem dos 36% no número de visitantes e, também, um crescimento ao nível do volume de vendas. Isto é sinónimo que a Câmara Municipal de Palmela, na direção da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, tem contribuído para este bom resultado, de forma clara e séria, desenvolvendo um conjunto muito alargado de atividades que levaram a que a Associação da Rota de Vinhos fosse convidada para integrar a direção da Associação Nacional da Rota de Vinhos de Portugal. Trata-se dum projeto vital para o país que tem o apoio do Turismo de Portugal. Palmela está presente por mérito próprio.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Pedro Taleço, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** repara que há vários meses o Sr. Vereador anunciou que a EDP (Eletricidade de Portugal) iria substituir as lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio. Tem a mencionar que “de alguma forma” isso não corresponde à realidade, pelo menos naquilo que se conhece na zona de Vila Amélia. Recordase que, por ocasião do Festival do Queijo, Pão e Vinho, foram várias as reclamações pela fraca luminosidade na zona, o que não se circunscreve só a Vila Amélia. Sugere ao Sr. Vereador Pedro Taleço que defenda os interesses do concelho, já que tem pelouros assumidos! Defenda os interesses dos munícipes junto da EDP! Pois bem, a política não vive de “estados de alma”.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** denota a sua tristeza quando ouve as declarações que são feitas relativamente à equipa da comunicação. É uma equipa reduzida que não tem paralelo com o que conhece na maioria dos municípios desta região, nem com o tipo de observações que acaba de fazer.

Sobre os equipamentos, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** adianta que a Autarquia tem adquirido, nos últimos anos, computadores e *software*. Estão previstos mais reforços de equipamentos, mas, como é evidente não se pode ir atrás das últimas novidades informáticas que todos os dias surgem. Nenhuma Autarquia teria capacidade para o fazer. A Câmara Municipal não quer fazer contratações ao exterior, porque valoriza os seus recursos humanos. Este é o princípio. Os serviços continuam a recolher toda a informação que sai nos órgãos de comunicação social em relação ao concelho de Palmela. Apostam na diversificação dos canais de comunicação e informação, como, também, nos canais *online*. Na verdade tem sido possível levar mais longe o nome do concelho de Palmela e de o projetar, mediante a grande dinâmica que tem sido empregue pela Autarquia em todos os domínios da sua atividade.

Mais refere que o *site* do Município de Palmela, no âmbito do projeto Setúbal Península Digital, está em reformulação. É um instrumento precioso que tem tido inúmeras visitas, é reconhecido e consultado por vários munícipes.

No que concerne à área da cultura, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** mostra-se satisfeito pelas observações relativamente ao aumento do número de iniciativas realizadas no Cineteatro S. João (Palmela) e no Auditório Municipal de Pinhal Novo. Realça, igualmente, as atividades que tiveram lugar no Centro Cultural do Poceirão. As instituições do concelho têm nestes equipamentos espaços privilegiados para apresentação dos seus espetáculos e das suas criações para afirmarem a cultura, a música, a dança, as artes plásticas, entre outras. É desta forma que o Município pretende continuar a trabalhar. Têm-se realizado muitos espetáculos de qualidade, como exemplo, o espetáculo de ilusionismo de Luís de Matos. Para além da cooperação e da parceria entre o Município de Palmela e os agentes culturais do concelho, tem-se procurado trazer a Palmela outros espetáculos de qualidade. Ao nível do cinema, o público prefere deslocar-se a Almada ou ao Montijo do que a aceder aos filmes que são projetados no Auditório Municipal de Pinhal Novo. Ainda assim, a Autarquia aposta na projeção de filmes neste equipamento, à qual acresce a parceria que vem sendo estabelecida com a Escola Secundária de Pinhal Novo para a semana dedicada ao Cine-france. Pretende-se, ainda, vir a privilegiar o cinema infantil.

Referindo-se a algumas considerações que foram efetuadas pelo Sr. Vereador Eduardo Ferro, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** observa que este desconhece a realidade do concelho. Adianta que a sensação com que ficou é a de que o Sr. Vereador fala de um concelho que só existe no seu imaginário. Muito gostaria que estivesse presente nesta reunião o Sr. Vereador Paulo Ribeiro para, também, lhe poder comunicar que *"Não suportar a realidade, neste caso, significa conviver mal com a crescente dinâmica que a CDU tem revelado em todas as freguesias do concelho: com obras e investimentos diversos, projetos, novas iniciativas e uma realidade que seria desejável para o país!"* No país assiste-se ao inverso. Por ação do governo do partido do Sr. Vereador Eduardo Ferro assiste-se ao aumento da dependência externa, à destruição do estado social, às medidas constantes lesivas do poder local, à recessão, à emigração, ao aumento do desemprego, ao alastramento da pobreza, entre muitas outras. É curioso verificar que os dados estatísticos do INE (Instituto Nacional de Estatística), divulgados no passado dia 30 de março, expressam 14,1% de desemprego no país. São 719.000 pessoas desempregadas! É um número deveras preocupante. Depois da intervenção do Sr. Vereador Eduardo Ferro fica a evidência que não se sabe o que o PSD-CDS pensa sobre o concelho. A evidência que ficou plasmada é a de que o PSD não conhece verdadeiramente o concelho, nem os seus problemas. A única proposta concreta que apresentou neste mandato (ou se quiser no ano transato), à semelhança do PS, foi a redução das receitas próprias da Câmara Municipal. É um gesto que revela falta de visão para o desenvolvimento do concelho e, sobretudo, alguma irresponsabilidade. O Sr. Vereador Paulo Ribeiro, a par do Sr. Vereador Eduardo Ferro (quando substitui este) da coligação PSD-CDS vão ficar para a história como os eleitos destes partidos políticos que mais defenderam o governo e menos defenderam o concelho de Palmela. Não fica com a mais pequena dúvida em relação a esta matéria. Opina que, mesmo na oposição, os

interesses do concelho e dos cidadãos deste território devem ter primazia, ser sempre defendidos e estar sempre em primeiro lugar. Parece que os problemas das populações não ocupam o lugar cimeiro da coligação PSD-CDS. Para dar alguns exemplos, recorre ao sentido de voto assumido pela Vereação da coligação Palmela Mais (PSD-CDS) com o voto contra nas seguintes moções:

- . Reposição das freguesias de Poceirão e Marateca;
- . Pela manutenção das 35 horas de trabalho na função pública;
- . Gestão pública da água e dos resíduos;
- . Preservar e defender o Serviço Nacional de Saúde (SNS);

Com a abstenção na seguinte moção:

- . Urgente reforço de médicos de família no concelho de Palmela.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que a sua opinião é a de que não pode haver solidariedade partidária que justifique uma ação tão cúmplice e, por vezes, um silêncio tão grande em matérias de tanta gravidade como as que antes enuncia. O Município de Palmela, ao contrário do governo que aplicou e mantém um enorme aumento de impostos, mantém a água com os preços mais baixos do país e as taxas incidentes sobre o IMI têm vindo a baixar. Esta é a realidade. Com o fim da cláusula de travão, que impedia que os imóveis reavaliados tivessem aumentos anuais superiores a 75 euros, será inevitável que as taxas a aplicar ao IMI não venham a aumentar. De quem é a responsabilidade? A responsabilidade é do governo. Sobre esta matéria gostaria de recordar o que foi o posicionamento dos deputados do PCP na Assembleia da República que propuseram a manutenção da cláusula de travão, sem que tenham sido acompanhados pelos deputados da maioria. Aliás, o voto contra que o Sr. Vereador Eduardo Ferro já adiantou que vai assumir na proposta em discussão – Prestação de Contas 2014 – é apenas mais um exemplo da insensibilidade da atual maioria governamental face às dificuldades que o país e os portugueses atravessam.

Para finalizar, tem a acrescentar que com o governo PSD-CDS o país está diferente e o líder do PS, Dr. António Costa, diz “quase” o mesmo. O país está diferente para pior e com a CDU, em Palmela, o Município vai ficando cada vez melhor.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que não vai entrar neste clima de crispação do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, porque de tão ‘crispado’ que está nem percebeu as questões. Percebe que tinha de usar as bandeiras e as frases chave e depois perdeu-se. Há pontos que faz questão de rebater, mas, ao mesmo tempo solicita à Sra. Vereadora Natividade Coelho que o vá avisando se perder o seu tom simpático. Em matéria de competência, desde já lhe dá a sua disponibilidade para, quando quiser aprender algo, estará disponível. Não vai chamar a atenção sobre a sua postura, mas nunca ninguém o ouviu dizer *“Ó Sra. Vereadora Adília Candeias trate aí dos seus pelouros e dos seus interesses e ‘meta’ os postes na rotunda”*.

Percebe que há um contexto na relação da EDP que é difícil com a Autarquia em todo o sentido. Julga que não é preciso muito para perceber que o pelouro da Iluminação Pública esteve muitos anos para trás, sob a gestão da CDU em alternância com o Sr. Vereador Octávio Machado. Também ninguém o ouviu usar essa linha de argumentação, primeiro é demasiado fácil, segundo porque não tem o mínimo de sustentabilidade. O trabalho em si será sempre contínuo. Para ver esta matéria de outra maneira, muito sinceramente, não teria aceite os pelouros. Há questões com a EDP que perduram há muitos anos. Está habituado a que lhe mandem fotos de postes sem iluminação; apenas estranha não ter recebido ainda nenhuma foto enviada pelo Sr. Presidente, mas a recebê-la irá tratar do assunto com igual apreço.

Em relação à questão da comunicação, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** entende dever esclarecer que apenas se referiu ao equipamento, não tendo 'atacado' nenhum profissional/trabalhador.

O **Sr. Presidente** observa que, a última questão a que o Sr. Vereador Pedro Taleço aludiu, não lhe parece ter sido bem colocada, na medida em que os equipamentos são adquiridos por rubricas próprias e não pela unidade orgânica – comunicação. A Câmara Municipal vai encetar este ano a compra do novo parque informático. Hoje, até às 12:00 horas, foi apresentada a candidatura à SAMA. Já esclareceu anteriormente que o facto de não constar em determinada rubrica verba gasta para esse fim, não significa que a mesma não tenha sido adquirida por outra via.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** intervém para esclarecer que não "atacou" ninguém, pelo que nada mais tem a acrescentar.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** saúda os presentes.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** menciona que as questões que tem a colocar são de ordem prática, no sentido de ajudar à compreensão da discussão. Não é sua intenção dar nenhuma lição de esclarecimento "seja a quem for". E, em seguida, faz a sua intervenção nos seguintes termos:

. Ao longo dos anos passados, e reforçada este ano, tem sido a aposta em mão-de-obra direta e este *item* pode ser completamente enviesado se só se ativerem aos números. Isto fá-la lembrar-se do governo quando anuncia o número X de desempregados, mas na prática o número é outro (para mais);

. Respeitando o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) verifica-se que existem rubricas que podem ser confundidas com despesas de funcionamento. Alguns exemplos:

- as grelhas de coletores (cerca de 200) que foram furtadas em 2013 e 2014, a serem adquiridas à empresa X, reverte em que a despesa é classificada em despesa de capital;

- as obras efetuadas, por administração direta, no âmbito da rede viária são classificadas como despesas de funcionamento. Estes trabalhos a serem adjudicados ao exterior classificam-se em despesas de capital, mas ficariam mais caros;

A Autarquia valoriza os seus recursos internos e toma a opção de o fazer desta forma.

. Quer considerar que a intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço não tenha sido colocada com a intenção de que a legislação não esteja a ser cumprida;

. Sobre a saúde ocupacional é preciso esclarecer que a lei está a ser cumprida. Recorda que, no ano transato, encetou-se um procedimento para a avença de um outro médico, porque o que estava em funções não estava a cumprir os objetivos. Aumentou-se o número de consultas de clínica geral; criou-se a valência da clínica de psicologia e vão reforçar-se, ainda este ano, os recursos técnicos na área da enfermagem. O objetivo da Autarquia é o de ir mais além do que o que a legislação obriga;

. Quanto à formação interna, considera que não se devem desvalorizar os formadores internos da organização. Explica que, em 2014, não houve nenhum financiamento nem nenhuma candidatura que desse para a área da formação. A formação ministrada, além da já referida (formação interna), existiu a que foi realizada no âmbito da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS). Nesse mesmo ano, foi feito o levantamento da formação útil e necessária à Câmara Municipal de Palmela e aos seus trabalhadores e vai ter reflexo, através do plano de formação da AMRS para 2015. Vai haver formação de carácter mais qualificado e, também, pode vir a ser possível a formação no âmbito das tecnologias da programação tecnológica, entre outras.

Ressalva que a formação interna tem cumprido um papel extraordinário, porque os formadores internos conhecem o pessoal, as suas dificuldades e são mais facilitadores e operacionais do que seria se a formação fosse externa. Os formadores internos da Autarquia são qualificados e têm sido muitas vezes requisitados para ministrar formação em outros organismos, inclusivamente pela administração central.

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** refere-se à intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha com o reparo de que este tem um estilo muito próprio que talvez merecesse uma réplica, mas atendendo à época festiva e à hora tardia desta reunião, não o vai fazer. Todavia, não deixa de observar que o Sr. Vereador tem problemas com a crítica, ou melhor tem problemas quando alguém não vai ao encontro da sua ideia ou da sua interpretação. Não precisa ficar zangado, nem ler nas suas palavras algo que não disse. Não sabe como é que conseguiu concluir que ele (Eduardo Ferro) tenha dito que o concelho de Palmela é um concelho mau. Não o disse, nem isso resulta das suas palavras. É de opinião que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha deve usar de mais calma e ter mais ponderação. E, não é por as opiniões serem diferentes, que estejam erradas.

O **Sr. Presidente** observa que as questões de estilo e de animosidade têm de ser geridas por si da melhor forma. Adianta que neste executivo ninguém está em posição de dar lições a ninguém. Espera que ninguém ultrapasse limites. Como diz o ditado popular: "*Quem não se sente não é filho de boa gente*". Tal como o Sr. Vereador Eduardo Ferro acaba de enunciar relativamente ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha, também o tom que usa não é o que mais lhe aprez. Não vai fazer moralismos. É de opinião que o executivo desta Câmara Municipal discute com lisura num ambiente democrático e o estilo é o de cada um. Também tem o seu estilo, que uns gostam outros desgostam, mas prefere antes ser avaliado pelo trabalho do que pelo estilo.

Reportando-se à intervenção da Sra. Vereadora Adília Candeias, a **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** regista que os números por si enunciados são os que constam na página 192 do relatório da Prestação de Contas 2014 (88,5% correspondente a 33.829.000 euros em termos de despesas correntes, e 11,5% correspondente a 4.377.000 euros no total das despesas de capital).

Face à intervenção da Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, o **Sr. Presidente** menciona que a gestão em exercício nesta Autarquia cumpre com o estipulado na lei: as receitas correntes estão acima das despesas correntes. A receita corrente chega mesmo a ser redirecionada para despesa de capital. Isto é o princípio da boa gestão. Está legislado. As autarquias são prestadoras de serviços, assim sendo têm de fazer despesa corrente. Se se comprar muito ao exterior, umas vezes é boa gestão, outras vezes é má gestão. Depende do ponto de vista. Acrescenta que a Sra. Vereadora Adília Candeias deu um exemplo de bens de capital.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que entraram num estilo turboento e, é de opinião que, desde que seja feito com convivialidade democrática, também acede. Quando o Sr. Vereador Luís Miguel Calha se refere à realidade do concelho e ao estar fora dela, é exatamente nessa linha, que lhe parece que o Sr. Vereador também está numa realidade muitíssimo ficcionada, sustentada por uma retoma que existiu, porque partiram praticamente do zero. Dirigindo a sua pergunta ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha: "*O senhor está satisfeito com a área do comércio e do turismo em Palmela?*" Ela não está satisfeita e não é por estar desatenta (e também não anda nos fóruns nem nos prémios que são ganhos no estrangeiro), mas é a partir do que vê neste território que faz a sua análise e classifica esta área como "miserável". Acha que o Sr. Vereador se deve ter deslumbrado quando sai "daqui" e as pessoas lhe dão 'palmadinhas' nas costas. Recorda-se de ter sido gestora dum projeto "Escola Alerta" que foi alvo duma medalha nacional e repara: se havia 0% de concorrentes era suficiente a entrada duma única escola para que o aumento fosse de 100%. Para a sua análise possui os mesmos dados que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha. Mas, se o Sr. Vereador estiver satisfeito com a área do comércio e turismo em Palmela, então é porque não pode continuar a ser um bom Vereador. Tem de estar inquieto e de querer mais, porque Palmela e este concelho merece mais! Com esta afirmação não está a indiciar que o Sr. Vereador não anda a trabalhar, nem para trabalhar mais.

Outro assunto que foi colocado pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha acerca de as propostas alternativas apresentadas pelos Vereadores do PS não serem razoáveis (exemplos: taxa do IMI e taxa do IRS), a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** tem a observar que o Sr. Vereador está cingido às taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicadas pelos municípios do distrito de Setúbal. Não aceita que venham com a justificação de que 92% dos municípios que aplicam, em relação ao IMI, as taxas entre 0,30 e 0,35%, não cumpram as funções sociais ou não cumpram para com a população. Os dados atualizados denunciam que o distrito de Setúbal (onde a CDU é maioria em grande número dos municípios) é onde se praticam os valores mais elevados de IMI. As comparações são sempre feitas com os Municípios que estão ao lado, enquanto o Município de Setúbal é tido como vivendo numa “bolha”, e os demais são todos incompetentes. Estes são os termos de comparação usados.

O **Sr. Presidente** menciona que seria bom que a Sra. Vereadora Natividade Coelho tivesse em consideração que os Municípios da Península de Setúbal são os que têm a média das transferências do Orçamento de Estado mais reduzidas do país. Vejam-se os indicadores. Consultem-se os números da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)! Há municípios noutras zonas do país que conseguem “viver” só com as transferências do Orçamento de Estado, mas esse não é o caso do Município de Palmela, nem dos Municípios da Península de Setúbal. Há municípios sob a gestão de eleitos do PS que fizeram um enorme “*pressing*” no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP). Na semana anterior, havia sido publicada a classificação das chamadas ‘zonas desfavorecidas’ – são os municípios do interior. As freguesias de Marateca e de Poceirão, neste concelho, ficaram fora dessa classificação. Os municípios do interior do país têm participações comunitárias na ordem dos 85%, enquanto o de Palmela fica limitado a com participações na ordem nos 50%! Se esses municípios pagarem as suas dívidas aos sistemas multimunicipais vêm arrecadar receitas à SIMARSUL (Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, SA), onde o Município de Palmela se inclui. Como é possível vir falar de “coesão social”? Isto tem de ser percebido de outra forma. Esses municípios já vão ter benefícios e majorações e recebem verbas mais avultadas do Orçamento de Estado. Será que só os municípios situados no interior do país têm dificuldades? E Palmela, que tem mais população? E mais problemas sociais? As dificuldades são de natureza diversa, podendo ser mais acentuadas neste ou naquele critério, nesta ou naquela disfunção social. Nesta matéria, referia-se que o Partido Socialista (PS) fez o que mais lhe convinha, através do seu líder para as autarquias da Federação do Porto, conseguiu fazer passar esta tese dentro da ANMP, ignorando a nota que o concelho de Palmela fez chegar com menção de que os concelhos de Palmela e até Montijo, com Santo Isidro, mereciam uma discriminação positiva.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** expressa que em homenagem a todas as mulheres da Câmara Municipal há um indicador de gestão sobre baixa de feminilidade (página 222 do relatório da

Prestação de Contas) que, em 2011, representavam 55,1% da organização e, em 2014, representam 56,3% da organização. Nem sequer se importa de estar em minoria.

Com referência às intervenções da Sra. Vereadora Natividade Coelho e do Sr. Vereador Pedro Taleço sobre a área da ação social, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que os 100% de execução não correspondem àquilo que se faz, porque a intervenção da Autarquia foi muito para além disso. Alerta para o seguinte: já se discutiu, nas reuniões de Câmara, as medidas de descentralização de competências no âmbito da educação que o governo pretende vir a aprovar e que mais não é o de que a contratualização de serviços e que, também, há a pretensão de o fazer para a área da intervenção social, através de despacho e da publicação duma portaria, e não por uma lei aprovada pela Assembleia da República. Assim, o governo em funções, quer implementar a Rede Local de Intervenção Social (RLIS) que é um dos assuntos que está a ser discutido na plataforma supraconcelhia e, tanto quanto julga, será tema de discussão numa reunião extraordinária do Conselho Local de Ação Social de Palmela (CLASP), ou seja, há a pretensão de passar para as autarquias a responsabilidade pela segurança social em cada território e, ainda, contratualizando com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) a responsabilidade destas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que a área da educação, no documento em análise, corresponde a 39% de execução, o que representa 2.600.000 euros. É uma “fatia” bastante grande do orçamento da Câmara Municipal. Mas, mesmo nesta área – educação – está muito em ação social. A Câmara Municipal de Palmela despende de 1.048.000 euros em transporte escolar, quando o custo em Lisboa, Almada ou Seixal é, praticamente, de zero. A decisão tomada, desde há anos, é a de assegurar o transporte dos alunos que distam a mais de 2 Km da escola, quando a lei obriga a tal quando a distância é de 4 Km. Na alimentação escolar são servidos 1.300 alunos com refeições grátis. Quando se decide que o valor para auxílios económicos diretos passa de 45 euros para 50 euros / por aluno num universo em que praticamente 40% dos alunos necessitam de ação social escolar. Pergunta: não está a Câmara Municipal a praticar apoio social. Indo à questão “pura” do que é a ação social (a partir da página 252) convém realçar que esta Autarquia faz parte e foi quem dinamizou o grupo interinstitucional para as questões do envelhecimento onde estão todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com as quais se debatem os assuntos. Há soluções que são tomadas no dia-a-dia. Quando a Câmara Municipal de Palmela faz parte das Comissões Sociais de Freguesia, do Conselho Local de Ação Social de Palmela, da Plataforma Supraconcelhia, não está a colaborar para um modelo de ação social? Quanto aos projetos municipais, alguns deles são estabelecidos em parceria e em cooperação institucional para atender ao apoio à pessoa idosa. Os idosos representam uma ‘fatia’ muito grande da população do concelho e têm oportunidade de ter uma vida social ativa, através dos programas e projetos. A verdade é que as iniciativas existem e revestem-se de dinâmica, quer no que concerne à pessoa idosa, quer no que concerne aos jovens. Realça as iniciativas que são levadas à prática

com a Palmela Desporto, E.M., assim como com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Faz referência a que a Autarquia tem sob a sua gestão, em termos do parque habitacional, 35 casas em que 30 são de renda apoiada. As rendas mensais variam entre 5,05 euros e 50,00 euros. Não serão estas ações apoio social?

O **Sr. Vereador Adilo Costa** repara que o Sr. Vereador Pedro Taleço e os demais Vereadores Socialistas não apreciam a relação da Autarquia com as IPSS. Mas, se assim não fosse, iriam criticar. A Câmara Municipal de Palmela tem a presidência do Conselho Local de Ação Social (CLAS). Refira-se que esta Autarquia é redutora em relação a certos temas. Na área da deficiência está em condições de salientar o sucesso do Expressarte, que vai na sua 10.ª edição consecutiva, e se cruza muito bem com os restantes tecidos sociais do território. A Câmara Municipal resolveu um problema gravíssimo que “Os Trovões” detinham, relacionado com problemas que existiam em vários territórios e não podiam deslocar-se a Alcoitão, porque o ACES da Arrábida (Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida) não aceitava; pelo que foi necessário levar a questão a outro fórum. Também nas unidades de multideficiência das escolas há a referir que o transporte para as terapias é feito pela Câmara Municipal, e isto não consta no relatório da Prestação de Contas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que do seu conhecimento são, praticamente, todas as questões apresentadas pelo Sr. Vereador Adilo Costa. É de opinião que a delimitação do que é a ação social não pode ser replicada. A apresentação do relatório da Prestação de Contas e a informação que cada rubrica contém é uma opção da maioria. Uma ação no social é tudo!

O **Sr. Presidente** levanta a seguinte questão: quando a Câmara Municipal aprova tarifários sociais e estipula tarifas no abastecimento de água para famílias numerosas, não está a fazer ação social?

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que o que vem plasmado no relatório da Prestação de Contas refere-se à Escola Secundária de Palmela. Nas várias iniciativas que são levadas a cabo, no âmbito da juventude, há a noção de que podendo ser “frágeis” é por essa linha de orientação que se tem de seguir. O trabalho tem de ser metódico e dá, como exemplo, o projeto REAGE, o projeto do “Março a Partir”. A Escola Secundária de Palmela tem em desenvolvimento o projeto “Flor e Saberes”.

Mais refere que o Município de Palmela é o terceiro Município da Península de Setúbal com o maior número de associações juvenis informais e/ou de associações que trabalham para os jovens. O Município de Almada situa-se em 1.º lugar e o Município do Seixal em 2.º lugar.

Agradece a nota efetuada relativamente ao apoio ao consumidor.

Comenta que muita matéria podia ser questionada no âmbito da energia elétrica, mas, mesmo assim, reconhece que tem havido desenvolvimento do trabalho.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** termina a sua intervenção, focando a área do atendimento municipal (página 228 do relatório) e a importância da loja móvel do cidadão, em que, só neste espaço, houve lugar a 4.033 atendimentos no ano de 2014, em que 2.376 se deveram ao pagamento do consumo de água. A população que vive nas freguesias de Poceirão, de Marateca, de Pinhal Novo ou de Quinta do Anjo têm hipótese de tratar dos seus assuntos sem se deslocar à sede de freguesia, para além de muitos outros pertencentes à Agência para a Modernização Administrativa (AMA). O número de atendimentos presenciais somou 62.035, e o centro de contactos recebeu 9.521 chamadas telefónicas, das quais foram criados 3.115 processos. O avanço produzido na área do atendimento municipal tem registado um avanço muito qualitativo.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que a sua observação tem somente a ver com o facto de o número de atendimentos ter diminuído em comparação com os anos anteriores, pelo que a sua pergunta vai no sentido de saber se terá havido uma transferência dos atendimentos para o atendimento preferencial.

O **Sr. Presidente** menciona que vai finalizar esta discussão, conforme vem em seguida, para depois submeter a votação a Prestação de Contas 2014:

Igualdade de género

Independentemente da forma como possa ser feita a referência a este dossiê, o trabalho desenvolvido ultrapassa em muito o que possa ser dito em duas ou três linhas do relatório da Prestação de Contas. A Câmara Municipal está a trabalhar na elaboração de candidaturas com a Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social (SEIES) e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), mas, infelizmente, não tem havido resposta aos contactos para dar seguimento a um trabalho que estava a ser contratualizado. Isso não faz abrandar o plano de trabalho. Em breve haverá novidades sobre a linguagem inclusiva.

Apoio ao consumidor

O apoio ao consumidor, fruto da reestruturação orgânica, mudou de unidade orgânica. Há muita proatividade e muitas ações de disseminação da informação. Está a ser discutido internamente onde colocar este serviço que, em breve, vai ter uma missão importante. A questão da explicação detalhada da fatura da água foi um desafio lançado esta semana ao apoio ao consumidor. Outro desafio, será a prestação de informação ao consumidor sobre as pessoas que podem requerer a isenção do pagamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

Distribuição das verbas nas rubricas enunciadas na Prestação de Contas

Já foi suficientemente escarpelizado nesta reunião que as verbas constantes nas rubricas enunciadas na Prestação de Contas não são suficientes para avaliar o trabalho que é feito em cada uma das áreas. Há muito trabalho efetuado que não é visível nas rubricas. Outro exemplo

que pode ser dado é o caso das associações juvenis que prescindiram da distribuição de subsídios com preferência para outra opção. Não vai aprofundar a atividade regular que cada entidade tem.

Ações desenvolvidas em parceria com os agentes locais e outros

A Câmara Municipal permite que os equipamentos municipais sejam utilizados pelos agentes culturais e associativos para as suas realizações que, registe-se, são de sucesso. Assegura-se a cedência das instalações, o som, a luminotécnica, para que as entidades interessadas possam dispor das condições necessárias para o seu espetáculo. Ao Município competirá, para além dos programas próprios, colmatar com a exibição de programação que faz falta no concelho. Se vierem atividades externas: muito bem! Estas preenchem e diversificam a oferta excelente. Os números nem sempre são indicativos de tudo. Sobre a projeção de cinema que é feita no Auditório Municipal de Pinhal Novo, adianta a seguinte nota: há 'meia dúzia' de salas de cinema municipais que resistem no país apresentando cinema alternativo. Os filmes mais recentes são pertença das grandes distribuidoras e custam fortunas. Estes só são alugados para projeção nas salas de cinema nos equipamentos municipais quando esgotada a possibilidade de mais público nas salas que detêm o monopólio da distribuição.

Resíduos sólidos

Há uma tendência nacional a propósito dos resíduos sólidos com um plano para o setor que é extremamente perverso e tem metas muito ambiciosas. Para que as metas sejam atingidas "castiga-se" o consumidor que é chamado de "poluidor" e este vai ter de pagar tarifas elevadíssimas para a triagem dos resíduos e o tratamento dos mesmos. Há um aspeto que ninguém referiu nesta reunião: a quebra do consumo a que se assiste no país. Hoje em dia verifica-se a fuga à deposição dos resíduos, devido à precariedade e à informalidade de algumas empresas, que mesmo com um local designado para poderem entregar uma determinada cubicagem gratuitamente, preferem depositar os resíduos na floresta ou num terreno abandonado. Ainda, este fim-de-semana, foi fazer uma caminhada e pôde ver candeeiros partidos, resíduos de amianto e para-choques dos carros por todo o lado. É uma situação incontrolável. Se não houver uma mobilização nacional será muito difícil operar a mudança, ainda que as câmaras municipais atuem no circuito de proximidade. A sociedade Ponto Verde consegue angariar milhões de euros mas são poucas as campanhas que são passadas nos diferentes canais da televisão.

Parque habitacional / Apoio social

A Câmara Municipal nunca se escusou a este assunto. A propósito da entrega de dois apartamentos, ocorrida no mês passado, houve que fazer um grande investimento. Ainda este ano será feito um investimento de milhares de euros na reabilitação de casas para alojar pessoas. A Câmara Municipal de Palmela não propagandeia, nem faz sensacionalismo com as notícias, nas ações que respeitam ao apoio social.

Apoio ao idoso e à pessoa com deficiência

Sobre o apoio ao idoso, é de opinião que o Sr. Vereador Adilo Costa já deu a informação necessária.

Há muito trabalho feito nas acessibilidades e na priorização de alguns processos, como, também, na flexibilização de procedimentos urbanísticos para execução de rampas ou colocação de sinalética, de modo a acautelar os acessos à pessoa com deficiência. A Autarquia presta apoios logísticos e pontuais a instituições que trabalham nestas áreas, algumas delas financiadas pela administração central.

Iluminação pública (Pelouro atribuído neste mandato ao Sr. Vereador Pedro Taleço)

Concorda que o trabalho é de continuidade (tal como o Sr. Vereador Pedro Taleço o referiu). Menciona que algumas das medidas que estão a acontecer vêm do mandato anterior. A comunicação entre ele e o Sr. Vereador Pedro Taleço tem decorrido muito bem. Aconselha a que o Sr. Vereador seja assertivo e persistente com a EDP, devendo mesmo obrigá-los a que venham aos jornais para se explicarem.

Formação

O Município de Palmela tem usufruído de formação ministrada pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) e pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e pode vir a ser ministrada formação no âmbito do Quadro Estratégico Comunitário. Sobretudo a formação que interessa à organização que é aquela relacionada com sistemas para determinadas infraestruturas, por exemplo: os novos tarifários da água e/ou as tecnologias de informação.

Assegura que a Autarquia não faz formação só para a estatística, até porque se determinada formação não corresponder às necessidades da organização, esta não acrescenta.

Acrescenta que as universidades têm vindo a apresentar uma série de propostas de formação para estabelecimento de protocolos, pretendendo que as câmaras municipais mandem os seus técnicos superiores para pós-graduações. Que equidade é esta? As câmaras municipais possuem técnicos superiores que bem podiam ser professores nas universidades.

A Câmara Municipal de Palmela pretende atingir os objetivos na área da formação que, efetivamente, sejam de relevo e de interesse para a organização e, também, que constituam desafios. Tais como: Código do Procedimento Administrativo (CPA), Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), Licenciamento do Espaço Público, Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal (SIDAM), entre outros.

Investimento

Assegura que a Câmara Municipal de Palmela vai aumentar o investimento, podendo mesmo, vir a ter no próximo ano, uma execução de investimento elevadíssima só por causa de uma

obra: a ribeira da Salgueirinha. Atendendo a que se trata duma obra de vulto e de valor financeiro elevado, nota-se logo a sua expressão.

Sobre a redução do investimento a que os Srs. Vereadores fizeram referência, considera que é necessário relativizar a interpretação que foi feita. Houve uma menor injeção financeira de capital para investimento. O investimento só pode ser possível, através da candidatura a fundos comunitários ou da contração de empréstimos bancários. Sobre esta última possibilidade, ter-se-á de, durante o ano em curso, de tomar uma decisão.

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

É sabido que os Municípios da Península de Setúbal são os que recebem as transferências mais baixas provenientes do Orçamento de Estado.

Ressalva que os impostos indiretos “estão pelas ruas da amargura” porque não há imobiliário e o investimento é reduzido. É evidente que a receita da Câmara Municipal de Palmela passou a estar mais sustentada nos impostos diretos. Adianta que, em 2004, a Autarquia arrecadava 26.500.000 euros em impostos diretos, e este ano a verba foi de 20.200.000 euros. Confirma que há um desvio da verba relativamente à previsão, mas deve-se ter em atenção que a verba estimada tem de ser feita com base na média a que o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) obriga. Talvez, por isso, em verbas a definir ficaram em 3.500.000 euros. Isto significa que a estimativa não esteve muito distante (12.000.000 euros), porque os valores reais somaram 12.800.000 euros. A Autoridade Tributária e Aduaneira conseguiu arrecadar uma verba de 900.000 euros relativa a anos anteriores.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)

Sobre a devolução do IRS, tem a mencionar que o executivo CDU em gestão neste órgão não concorda com muitas das decisões tomadas pelo governo e pela Assembleia da República: para que os municípios tomem a decisão de devolver até 5% do IRS à população da sua área territorial. Muito mais do que a verba arrecadada deste imposto é repercutida nas funções sociais que a Autarquia põe em prática.

Comércio e turismo

Não são precisas verbas avultadas nas rubricas de comércio e turismo, porque o trabalho é feito, e muito bem feito, ficando com expressão noutras rubricas. Por exemplo:

- . são prestados múltiplos apoios logísticos por parte da Autarquia para eventos turísticos;
- . deliberou-se a redução da taxa do IMI, para quem proceda à reabilitação das casas, situadas na zona sul do Pinhal Novo e, também, nas que se situam no Centro Histórico da vila de Palmela;
- . reduziu-se o custo para esplanadas;

A Câmara Municipal de Palmela prescinde de receita para que haja dinamização do comércio e turismo. É necessário propiciar que sejam encetadas ações que levem a que a economia prospere para a Câmara Municipal deliberar a taxa da Derrama, que incide sobre o lucro das empresas.

O **Sr. Presidente** termina a sua intervenção dando ênfase à expressão *"a Câmara Municipal de Palmela não tem os 'cofres cheios', mas há quem tenha os 'cofres cheios' aplicando taxas elevadíssimas de IRS sobre quem trabalha, mas não o faz sobre os que especulam na bolsa"* e continua *"há quem tenha os 'cofres cheios' reduzindo funções sociais do estado, investindo menos na educação, reduzindo serviços públicos, reduzindo o investimento na saúde, e depois compensa-se a banca. Há uma série de 'realidades' ou de 'interesses' para onde vai o sacrifício que é pedido aos portugueses. Entretanto, a dívida não baixou. Os juros aumentaram. O desemprego continua"*. Isto sucede ao nível do governo do país, mas, no Município de Palmela passa-se o contrário. Os Vereadores da oposição antes diziam que o executivo em gestão não reduzia despesas de funcionamento, mas reduziu. Antes diziam que não pagava as dívidas, mas estas estão a ser pagas como nunca antes se pagou. Antes eram acusados de que não fazia obra, mas esta está a ser executada. Acusados, ainda, de ter acabado com projetos, mas estes foram retomados, além de novos que foram postos em prática.

Termina dizendo que a Câmara Municipal de Palmela não tem os "cofres cheios", mas tem a "cara lavada" e, com esforço, está a honrar os seus compromissos. O programa de mandato está a ser cumprido e, em muitas matérias, está a ser ultrapassado. O documento ora em apreciação – Prestação de Contas 2014 – espelha bem a forma como o Município está a responder aos desafios que existem no território.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Natividade Coelho, Pedro Taleço, Cristina Rodrigues e Eduardo Ferro. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Prestação de serviços na área de seguros – Ratificação da adjudicação.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_07-15.

«Na reunião de câmara do dia 17 de dezembro 2014, foi aprovada a abertura de um procedimento para "Prestação de serviços na área de seguros", nos ramos: acidentes de trabalho, acidentes pessoais, seguro automóvel, multirriscos e responsabilidade extracontratual da autarquia.

Este conjunto de seguros visa assegurar as responsabilidades da Câmara Municipal, no âmbito do desenvolvimento corrente da sua atividade, para o período de 01 de abril de 2015 a 31 de março de 2016.

Nestes termos, e cumprindo a legislação em vigor, foi efetuado um Concurso Público Internacional. Decorridos os trâmites legais e processuais, e após avaliação das propostas segundo o critério de adjudicação e respetivos fatores de ponderação, o concorrente que obteve a pontuação mais alta, ficando consequentemente classificado em 1.º lugar, é a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

O relatório final foi aprovado no dia 11/03/2015, e a respetiva intenção de adjudicação no dia 12/03/2015 (Informação Técnica n.º 3882/15), ambos os atos por despacho do Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, dada a impossibilidade de reunir o executivo municipal em tempo útil, e tendo em consideração a urgência da celebração do contrato resultante dos seguintes factos:

1. Início da prestação de serviço a 01 de abril;
2. A minuta de contrato só pode ser aprovada com a apresentação da garantia bancária, a qual só é exigível após a adjudicação;
3. A celebração do contrato só pode ocorrer após aprovação da minuta pela empresa adjudicatária, tendo esta 5 (cinco) dias úteis para se pronunciar sobre o seu conteúdo.

Assim, ao abrigo da legislação atrás referida, **propõe-se** a ratificação da aprovação do relatório final do Concurso Público Internacional e consequente adjudicação, documentos que se anexam.

O encargo financeiro subjacente à adjudicação é de EUR 245.244,55 (duzentos e quarenta cinco mil, duzentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2014.

PROPOSTA N.º DEIS 01_07-15.

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 3 de março último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014.

A prestação de contas desta empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano de 2014, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 8.146,30 (oito mil, cento e quarenta e seis euros e trinta cêntimos).

Para 2015 mantém-se a prioridade na aplicação dos princípios do rigor e racionalidade dos custos, e da qualidade dos serviços, de forma a consolidar e reforçar o resultado positivo alcançado em 2014.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014 da Palmela Desporto, E.M., aprovados pelo Conselho de Gestão, são os que se encontram anexos à presente proposta.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2014 numerada DEIS 01_07-15 intervêm:

Após a apresentação da proposta, o **Sr. Vereador Adilo Costa** apresenta as seguintes considerações que servem para um melhor entendimento da mesma:

- . Comparativamente com o previsto, registou-se uma diminuição geral dos rendimentos (- 2,7%), o que corresponde a 39.000 euros, e que se deve à quebra da venda de serviços prestados;
- . Os gastos diminuíram (- 3,3%), o que ascende a 47.000 euros, essencialmente nas seguintes áreas: pessoal / fornecimentos / serviços externos;
- . As principais conclusões a retirar são a quebra de receitas, a que se deveu uma ligeira redução do número de clientes e utilizadores, e a opção de algumas famílias pela frequência do menor número de aulas por semana, com a diminuição do preço a pagar;
- . A diminuição dos gastos deveu-se, ainda, à saída de três trabalhadores do quadro de pessoal e à continuação da realização de pequenas poupanças;
- . Dar nota de que a maior quebra das receitas se registou no campo de jogos de Palmela. Houve uma opção da equipa do Palmelense Futebol Clube para que a equipa sénior passasse a jogar no campo Cornélio Palma, e a equipa de Benjamins B não foi criada;

- . A piscina municipal de Palmela foi a que registou uma quebra de receitas na ordem dos 10%;
- . A maior diminuição dos gastos registou-se no pavilhão desportivo de Pinhal Novo (21%);
- . A Palmela Desporto, E.M., tem três funcionários requisitados à Câmara Municipal de Palmela e 35 trabalhadores efetivos, sendo que um deles está de licença sem retribuição. Por uma questão de género, refira-se que 55% dos trabalhadores da empresa municipal são do sexo feminino com a idade média de 44 anos;
- . É importante a introdução do “Aprender a nadar” que gerou na piscina municipal de Palmela mais 163 utilizadores, e na piscina municipal de Pinhal Novo mais 175 utilizadores;
- . Em relação ao pavilhão desportivo municipal de Pinhal Novo e à piscina municipal de Pinhal Novo destacam-se as festas desportivas: com um aumento de 18 festas no pavilhão, e com 310 crianças e 59 festas na piscina;
- . A natação desportiva tem 104 nadadores: 31 na pré-desportiva, 30 cadetes, 13 infantis, 18 juvenis, 9 juniores e 3 séniores. Na natação desportiva foram obtidos resultados competitivos meritórios;
- . Verifica-se uma redução em: fornecimento e serviços externos, fornecimento da água, assistência técnica, higiene e limpeza, vigilância e comunicações;
- . Constata-se um aumento em: eletricidade (+ 2.000 euros) e gás (+ 13.000 euros).

O **Sr. Vereador Adilo Costa** continua a sua intervenção, dizendo que são os fatores acima enunciados que fazem com que na análise do Concelho de Gestão da Palmela Desporto, E.M., se perspetive, para 2015, dificuldade em obter idêntico resultado ao do ano de 2014.

Acrescenta que é necessário investimento em novas máquinas, equipamentos, lâmpadas e projetores no âmbito do programa de eficiência energética e a que a Palmela Desporto, E.M., aderiu e que é fundamental para produzir reduções de gastos futuras. A capacidade da empresa municipal em se adaptar a novos utentes e a novos serviços fica plasmada nos documentos que ora estão em análise. É de registar o equilíbrio financeiro da Palmela Desporto que é uma das empresas municipais a nível nacional com maior segurança.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** aproveita para agradecer ao Sr. Presidente do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M., aos demais membros do Conselho de Gestão, aos trabalhadores e colaboradores o esforço que têm feito para “manter de pé” esta ‘grande’ empresa municipal com os objetivos estratégicos que a Câmara Municipal de Palmela transmitiu para melhor servir a comunidade.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que a sua intervenção retrata a opinião dos Srs. Vereadores do PS, e que a seguir se descreve:

- . Se fosse pelo esforço e competência que reconhecem à gestão da Palmela Desporto, E.M., e que é extensível aos trabalhadores e colaboradores, votariam favoravelmente;
- . Em relação às atividades propostas e ao nível de execução das mesmas, já se habituaram a perceber e a ver “nesta” gestão um esforço tremendo para conseguir equilibrar, diversificar e contrariar uma tendência natural;
- . Neste esforço de diversificação não se admiram que haja atividades que tenham menor aceitação do que outras, o que até faz parte do ajuste ao mercado;
- . Não são alheios aos resultados que são apresentados, até porque o novo contrato de compensação pelo défice de exploração, introduzido em outubro, justifica os resultados. Nada transporta os resultados para o positivo. O novo método adotado para financiar as utilizações das associações é claro, e merece o voto favorável dos eleitos Socialistas;
- . Os equipamentos passam a ter 21 anos de uso/utilização. As candidaturas “esbarram” com a idade dos equipamentos, isto mesmo vem expresso no relatório;
- . Não se vislumbram reduções de eletricidade nem de gás, a não ser que sejam tomadas medidas de eficiência energética;
- . A sua curiosidade incide sobre o valor da água. E explica: a Palmela Desporto, E.M., apresenta uma transição de custos de 2013 para 2014 de, praticamente, metade do valor – estava em 40.000 euros e passou para 23.000 euros. Numa altura em que todas as faturas da água aumentam como é que esta diminui?

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** continua a sua intervenção com reparo para as reduções nos trabalhos especializados de conservação e reparação nas ferramentas de utilização de desgaste rápido. Nas comunicações este “aperto” obriga a gestão a fazer cortes em locais onde, provavelmente, não deviam acontecer. Ainda que estes cortes sejam necessários para equilibrar a empresa, não significa que sejam o melhor e, simultaneamente, “esbarrando” na incapacidade de alguns equipamentos de melhorarem, porque todos têm défice de exploração, à exceção da piscina municipal de Pinhal Novo, e a par das boas intenções e dos excelentes indicadores com as festas desportivas, verifica-se que os resultados apresentados são de ‘alguma’ implantação e acabam por colidir naquilo que são as elevadas utilizações dos equipamentos em termos de entidades (exemplo: o pavilhão desportivo municipal). Mesmo assim, a administração da empresa municipal “queixa-se” de não dar resposta a todas as solicitações que tem em relação às festas desportivas. Não sabe que ajuste possa ser feito. Opina que a situação se mostra sem saída, na medida em que os equipamentos vão ficando com mais anos de duração. Desconhece se a Câmara Municipal vai redefinir o investimento na

empresa municipal ou se terá de ser esta própria a procurar o financiamento. A Câmara Municipal de Palmela é detentora de 100% do capital desta empresa, o que separa os Vereadores do PS de assumirem o voto a favor nesta proposta.

Termina dizendo que a principal preocupação dos Vereadores Socialistas se prende com o investimento que é necessário fazer em obras de manutenção dos equipamentos. Como é que se pode assegurar uma melhor eficácia e rentabilidade sem investimento? Mesmo que haja a possibilidade de haver candidaturas aprovadas para o efeito, estas não são comparticipadas a 100%, e a Autarquia terá de definir as condições em que o vai fazer. Neste sentido, os Vereadores Socialistas irão abster-se.

O **Sr. Presidente** menciona que a abstenção não é entendível pelas razões apresentadas. A proposta em apreciação recai sobre o Relatório e a Prestação de Contas 2014 da Palmela Desporto, E.M., que tem por base um Orçamento que foi escrupulosamente cumprido e ultrapassado. É preciso ser coerente com o que está em análise.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** intervém dizendo que, fazendo jus ao relatório e parecer do fiscal único, este reflete a influência que teve o decréscimo nas receitas de exploração a alteração da faturação, devido ao novo contrato-programa.

Acrescenta, relativamente ao campo de jogos de Palmela, que a Câmara Municipal não teve nenhuma influência sobre a opção que o Palmelense Futebol Clube fez em levar a equipa sénior para o campo Cornélio Palma. É evidente que esta tomada de decisão tem reflexos nas contas da Palmela Desporto, E.M..

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que o investimento em 2013 foi de 22.000 euros, em 2014 estava previsto para ser na ordem dos 37.000 euros, mas foi superado em 29%. Quando vier o contrato de comodato à aprovação deste órgão, este executivo terá oportunidade de voltar a discutir este assunto. Ainda assim, existe uma mala pata que decorre da própria lei. A lei legisla sobre as empresas municipais a impossibilidade de a Câmara Municipal, através de contrato de comodato, estipular "a partir deste valor é suportado pela empresa que é detentora do próprio edificado de todos os equipamentos". Isto levanta um problema. Nesta dificuldade é que o Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M., vai ter de fazer a administração. É verdade que os equipamentos vão ficando cada vez com mais anos de vigência.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Natividade Coelho, Pedro Taleço, Cristina Rodrigues e Eduardo Ferro. Aprovado em minuta.

Os Srs. Vereadores Natividade Coelho, Pedro Taleço e Cristina Rodrigues apresentam declaração de voto, que se transcreve.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO PS:

"As Vereadoras e o Vereador do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, pelos seguintes motivos:

Não obstante o esforço e competência reconhecidos à gestão da Palmela Desporto, bem como dos/das trabalhadores/as e colaboradores/as, continua a não se verificar a existência de uma política do Município relativamente ao futuro sustentável da Empresa, que transmita opções em termos de investimento para manutenção e possível expansão dos equipamentos, de forma a assegurar a sua eficiência e rentabilidade.

É notória uma incapacidade de investimento, o que torna desejável uma estratégia a ser definida entre a Câmara Municipal, detentora de 100% do capital social e a Empresa."

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Municípes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e vinte cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco